

Quem disse ?

«Este campo convoca-nos a assumir a responsabilidade comum de construirmos um Mundo em que seja impensável o extermínio e o horror de Auschwitz.»

Jorge Sampaio

Visita ao campo de concentração de Auschwitz, Polónia, dia 17

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº988 24 SETEMBRO 1998 100\$ - 0,5€

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa Director-adjunto José Manuel Viegas

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Governo apresentou Lei de Bases

Pacto de regime na Segurança Social

O ministro Ferro Rodrigues apresentou ontem, na Assembleia da República, uma proposta de lei de Bases da Segurança Social e que deverá ser aprovada na generalidade, sem votos contra das bancadas da oposição.

Tratando-se de uma reforma vital para os portugueses e, sobretudo, para os jovens que se preparam para entrar no mercado de trabalho, tanto o Governo, como os socialistas desejam que a nova Lei de Bases da Segurança Social mereça o mais alargado consenso político na Assembleia da República. Por isso, irão pedir que se estabeleça em torno desta questão um verdadeiro pacto de regime. Apesar de existirem pontos de vista divergentes face aos projectos do PCP, PSD e do PP, numa atitude de inequívoca abertura ao diálogo e ao consenso, o Executivo socialista está disponível para aceitar alterações em sede de especialidade.

De todos os diplomas que a Assembleia da República se prepara para discutir, a proposta de lei do Governo é considerada a mais equilibrada, evitando o excessivo peso das seguradoras e dos fundos de pensões privados, ao mesmo tempo que conserva a solidez do sistema público. Por outro lado, também evita pesados encargos para o Estado, como prevê o projecto do PCP.

Pela proposta de lei do Governo, o financiamento faz-se pelo Orçamento de Estado, quotização de trabalhadores e das entidades empregadoras, e pela criação de um fundo de estabilização para gerir os investimentos. Ao nível dos regimes, o público é regulado e garantido pelo Estado, mantendo-se o privado sem a tutela do Estado. Admite-se a possibilidade de ser criado um tecto na base da incidência da carreira contributiva e conserva-se um prazo de 15 anos em que o trabalhador tem de descontar para ter acesso à reforma. Finalmente, quanto à pensão mínima, determina-se que a prazo será equivalente ao salário mínimo nacional.

TRIBUNINAIS

MAIS PRÓXIMOS DOS CIDADÃOS

O Governo deu mais um passo na reforma da estrutura judiciária portuguesa, com a aprovação da Lei Orgânica dos Tribunais. Uma medida que contribuirá para a aproximar os tribunais dos cidadãos e que possibilitará uma justiça mais rápida e menos burocrática. Em três anos de Governo socialista, Portugal deu um salto qualitativo importante ao nível da criação de novos juízos, na informatização dos tribunais e na admissão de novos funcionários para este sector. O investimento no sector da Justiça, de acordo com dados divulgados pelo ministro Vera Jardim, atinge o dobro daquele que foi realizado entre 1992 e 1993, no período do cavaquismo.

Turismo

Turismo sénior: arma de combate à solidão



O ministro do Trabalho e da Solidariedade considerou o programa de «Turismo Sénior», dirigido a pessoas com mais de 65 anos, como factor preponderante no combate à solidão e à exclusão.

Ferro Rodrigues disse que o combate à exclusão se faz não apenas com acções respeitantes ao acesso ao emprego, mas também permitindo o «acesso aos tempos livres».

Governo

Sousa Franco garante que impostos não vão aumentar



O Orçamento de Estado para 1999 é compatível com o compromisso do Governo de que não haverá aumento de impostos, garantiu no dia 19, em Santa Maria da Feira, o ministro das Finanças, Sousa Franco.



Oposição sem rumo nem norte

Os adversários da regionalização, nomeadamente o PSD através do seu líder, subiram de tom e acusam agora a regionalização de ser a mãe de todos os males que podem cair sobre Portugal, utilizando uma linguagem tão agressiva, tão violenta, tão desproporcionada relativamente ao tema, que nos interrogamos sobre quais são, no fundo, as verdadeiras razões que os levam a intervir deste modo.

Por que é que o professor Marcelo Rebelo de Sousa chega ao cúmulo de afirmar, gratuitamente, que a regionalização é a «burla» do fim do século, quando, estamos seguros, nem ele acreditará em tal absurdo?

Só pode haver uma razão.

A oposição ao Governo não tem tido espaço nem temas suficientemente importantes sob o ponto de vista político para fazer o que lhe compete, isto é, fazer oposição.

O crescimento económico regista, presentemente, os valores mais elevados da União Europeia, não se detectando, há largos anos, em Portugal, uma conjuntura tão favorável como aquela que se tem vivido desde 1996 para cá.

O investimento dos últimos três anos cresce substancialmente, não permitindo qualquer comparação com os últimos anos do Governo do PSD. Os números do desemprego não só estacionaram como têm descido nos últimos meses. A segurança dos cidadãos melhorou consideravelmente. E a sociedade portuguesa, actualmente, não se encontra dividida por grandes conflitos nem apresenta tensões significativas. Aliás, muito recentemente, o Governo, que lançou em Portugal uma medida de extraordinário alcance social, o Rendimento Mínimo Garantido, abrangendo mais de 200 mil famílias, acaba de conceder um aumento extraordinário das pensões de velhice e invalidez inferiores ao salário mínimo nacional.

O discurso contra a regionalização, o desespero da linguagem utilizada e o empolamento da matéria em causa é apenas o discurso e o desespero de uma oposição sem rumo nem norte, de uma oposição perdida.



PS - PARTIDO DE PROJECTO E DE MILITANTES

A campanha eleitoral estava ao rubro. A FRS e os seus dirigentes desdobravam-se em comícios e sessões de esclarecimento por todo o País. Objectivo: esclarecer o eleitorado das propostas progressistas da FRS e alertar para os perigos de uma vitória da AD, que, infelizmente, veio a verificar-se a 5 de Outubro.

Naturalmente, a edição de 18 de Setembro de 1980 do órgão oficial do PS, principal partido da coligação de centro-esquerda FRS, dava nas suas páginas destaque à campanha eleitoral.

Na página 10, o grande comício de Almada realizado pela FRS era objecto de desenvolvida notícia, onde se relatava o clima de entusiasmo popular com que tinham sido recebidos os líderes da FRS - Mário Soares, Lopes Cardoso e Sousa Franco.

No comício então realizado na Praça do Tribunal, em Almada, Mário Soares afirmava, perante dezenas de milhares de pessoas, que nas eleições de 5 de Outubro a escolha que se colocava ao povo português era extremamente simples: «Ou um Governo de direita, que favorece os ricos, representados pela AD, ou um Governo do 25 de Abril, de progresso, justiça e liberdade, proposto pela FRS.»

Ao longo do País, dezenas de milhares de militantes colavam cartazes e participavam activamente na campanha eleitoral. Era o PS, partido de projecto e de militantes,

que nenhum documento Z ou Y poderia transformar em partido sem projecto (*catch all party*) e de eleitores. J. C. C. B.

18 de Setembro

Quem disse?

«Perante a ameaça de direita é necessário que os comunistas se definam e digam se os seus inimigos são os socialistas ou a AD.»

Mário Soares



Sondagem Carlos César agrada a 80 por cento

Uma esmagadora maioria dos micalenses considera a actuação do presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, como positiva.

Enquanto a direita radical se prepara, ao que tudo indica, para ensaiar a AD nos Açores, meramente por questões táticas e estratégicas e assim derrubar o Executivo açoriano saído das eleições de 1996, Carlos César mantém-se no «top» da popularidade para desgosto dos sectores ultramontanos.

Segundo uma sondagem da Norma-Açores feita para o «Açoriano Oriental», 80,5 por cento dos micalenses inquiridos consideram a actuação de Carlos César «positiva», enquanto apenas 5,9 por cento dos habitantes da ilha de São Miguel consideram «negativa» a actuação do chefe do Governo socialista.



Abrantes Manuel Alegre vence Prémio António Botto

O poeta Manuel Alegre, com a sua obra «As Naus de Verde Pinho», venceu o Prémio António Botto, um galardão instituído pela Câmara Municipal de Abrantes e destinado a consagrar anualmente autores que se tenham distinguido na área da literatura infantil.

A edição de 1997 deste Prémio contou com a presença de várias obras e autores de reconhecido valor, como foi o caso de «SOS, animais em perigo!...», de Luísa Ducla Soares; «A história de Blimundo», de Leão Lopes; «Era uma vez a Bublina», de Manuela Bacelar; «Uma aventura na biblioteca», de Ana Magalhães e Isabel Alçada; «Se perguntarem por mim digam que voei», de Alice Vieira; e «os Descobrimientos portugueses: nos quatro cantos do mundo», de Maria Augusta Lima Cruz.

Com a atribuição do Prémio António Botto, a Câmara Municipal de Abrantes pretende homenagear o mais importante poeta e escritor abrantino, que marcou a sua época deixando um forte contributo para a literatura portuguesa.

Neste livro do camarada Manuel Alegre, «exemplo raro de poesia de qualidade des-

tinada ao público infantil», distinguido com o primeiro prémio, «cruzam-se referências indeléveis da cultura e da história de Portugal. Tendo como pretexto contar a viagem de Bartolomeu Dias, nele se sintetiza a relação trágico-épica dos portugueses com o mar, recuperando a tradição literária, cujas raízes remontam a épocas de jograis e trovadores, e ao romance popular de inspiração marítima que corporiza na *Nau Catrineta* toda uma tradição literária oral mas que, em *As Naus de Verde Pinho*, incorpora referências que sintetizam grandes marcos da poesia portuguesa ligada aos Descobrimientos, dos *Lusíadas* à *Mensagem*. Todos estes factores fazem de *As Naus de Verde Pinho*, desde já, um clássico da literatura portuguesa para crianças e jovens, que os adultos lerão com prazer, numa transversabilidade etária que caracteriza as grandes obras.»

O poeta e resistente antifascista Manuel Alegre estará em Abrantes, no dia 28, para receber o Prémio António Botto, numa cerimónia que decorrerá na Biblioteca Municipal, que tem, aliás, o nome do grande poeta e escritor abrantino. J. C. C. B.

Guterres em Cahora Bassa Ilha de Moçambique, Maputo e Nampula

A Ilha de Moçambique, Cahora Bassa, Maputo, Beira e Nampula são as escalas da visita oficial que o primeiro-ministro, António Guterres, efectua de 6 a 11 de Outubro, a Moçambique.

António Guterres visita oficialmente pela primeira vez o país, a convite do Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, em que, para além da vertente política, a cultura e educação serão as tónicas da digressão.

O programa, ainda em fase de finalização, incluirá diversas visitas a províncias do país, estando previstos encontros com a

comunidade portuguesa residente.

Realizada 500 anos após a passagem de Vasco da Gama - que na sua viagem para a Índia ali se demorou entre Janeiro e Março de 1498 -, a deslocação permitirá que António Guterres visite a Ilha de Moçambique, património mundial e primeira capital do país, um tecido urbanístico de peculiar beleza, onde são visíveis as marcas seculares e aspectos vivenciais de uma cultura oriental, africana e europeia e um dos monumentos mais notáveis da expansão portuguesa no Mundo.

TRIBUNAIS MAIS PRÓXIMOS DOS CIDADÃOS

O Governo deu mais um passo na reforma da estrutura judiciária portuguesa, com a aprovação da Lei Orgânica dos Tribunais. Uma medida que contribuirá para a aproximação dos tribunais dos cidadãos e que possibilitará uma justiça mais rápida e menos burocrática. Em três anos de Governo socialista, Portugal deu um salto qualitativo importante ao nível da criação de novos juízes, na informatização dos tribunais e na admissão de novos funcionários para este sector. O investimento no sector da Justiça, de acordo com dados divulgados pelo ministro Vera Jardim, atinge o dobro daquele que foi realizado entre 1992 e 1995, no período do cavacismo.

A pesar dos votos contra do PP e do PSD, e da abstenção do PCP, a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais foi aprovada com os votos dos deputados socialistas, na generalidade, na Assembleia da República, quinta-feira passada. Como salientou Vera Jardim na abertura do debate, a Lei Orgânica dos Tribunais «constitui a mais importante alteração à estrutura judiciária portuguesa». Com a aprovação da proposta de lei, prevê-se a extinção dos tribunais de círculo e a sua substituição por um sistema de dupla corregedoria. Um sistema, como lembrou o ministro da Justiça, «já há muito propugnado como o mais adequado à situação concreta da estrutura judiciária portuguesa». A este propósito, lembrou a «atribulada história dos tribunais de círculo que, a pouco e pouco, foram perdendo as características que inicialmente os caracterizavam». Por esta razão, no

presente, dos 56 tribunais de círculo estabelecidos, apenas 23 foram instalados.

«Estamos hoje, assim, perante um sistema híbrido que cria naturalmente uma situação confusa e pouco transparente, com dificuldades acrescidas para muitos juizes de comarca que ocupam uma boa parte do seu tempo a participar em tribunais colectivos, fora da área da sua comarca», lamentou Vera Jardim.

Na sequência da alteração a introduzir, sobretudo com a instituição da dupla corregedoria, o Executivo socialista acredita que «libertar-se-ão juizes dos tribunais de comarca da sua intervenção nos tribunais colectivos, tendo, no entanto, em várias situações, de ser criados juizes adicionais para fazer face ao aumento de processos, cuja preparação para julgamento decorrerá na comarca, realizando-se este com a intervenção dos dois juizes de círculo que ali se deslocarão».

Pequenas comarcas protegidas

Uma outra medida constantemente reclamada pelos cidadãos, à qual esta proposta de lei dá inequívoca resposta, é a classificação dos tribunais de pequena instância apenas em duas ordens: tribunais de primeiro acesso e tribunais de acesso final. Por esta via, também se contribui para aumentar a estabilidade dos magistrados. Como sublinhou Vera Jardim, com esta medida evita-se cair na situação do presente, em que muitos juizes apenas permanecem nas comarcas por um curto período temporal, com consequências gravosas para a necessária continuidade do trabalho nos processos das pequenas comarcas. Por outro lado, a criação dos tribunais da Relação destina-se a aproximar esta instância dos cidadãos, ou a

descongestionar os tribunais de segunda instância que começam a ter problemas de gestão e de distribuição de processos pelo enorme número de juizes que se concentra num único tribunal.

Este tipo de alterações, de resto, estendem-se ao Supremo Tribunal de Justiça, onde também se verifica a existência de um elevado número de juizes. Como principal mudança, cria-se o pleno das secções especializadas, evitando a reunião do plenário de juizes de muito difícil funcionamento. Por outro lado, como sublinhou o ministro da Justiça, fixa-se que o julgamento nas secções é efectuado por três juizes, também no sentido de simplificar uma intervenção muito pesada de todos os juizes de secção. Ainda em relação ao Supremo Tribunal de Justiça, termina-se com o recurso a juizes auxiliares, situação que se julga incompatível com a dignidade deste tribunal, optando-se por um quadro que possa ter suficiente elasticidade para prover as vagas dos juizes que temporariamente não prestam serviço. Está previsto, igualmente, a criação de lugares além do quadro, com o objectivo de acudir a situações derivadas do normal aumento de volume ou complexidade de processos.

As reformas na justiça portuguesa

Como fez questão de deixar bem claro Vera Jardim, a política de justiça não se tem limitado a rever ordenamentos legislativos, envolvendo, pelo contrário, um conjunto muito amplo de acções que «constituíram um decisivo reforço das estruturas judiciais. Desde o início da presente legislatura, foram já criados e instalados 40 novos juizes, espalhados um pouco por todo o País». Este esforço, evidenciou o membro do Governo, «continuará e será aprofundado com a criação de novas

estruturas, dando-se como exemplo o que se perspectiva para a região de Lisboa, em que — para além da criação e instalação de novos juizes de pequena instância cível — se prevê a criação de novos juizes cíveis e a efectiva instalação de varas cíveis, tudo se traduzindo num enorme reforço de capacidades da jurisdição cível».

Paralelamente, segundo o ministro da Justiça, «a criação de novos tribunais de família e de menores, sobretudo em cidades da zona metropolitana de Lisboa, como Loures, Sintra, Cascais e Barreiro, irá trazer uma considerável diminuição do número de processos nos actuais juizes cíveis ou de competência genérica».

No que respeita ao esforço de construção, conservação, arrendamento de instalações e recuperação de edifícios, Vera Jardim não hesitou em frisar que o investimento é no período de 1995 a 1998 superior ao dobro daquele que foi feito entre 1992 e 1995, passando-se de dez milhões para 22 milhões de contos. Acresce, ainda, uma política de reforço do número de pessoas que trabalha nos tribunais: magistrados judiciais e do Ministério Público, funcionários judiciais.

«Só nos três anos já passados, foram admitidos 1250 funcionários de justiça. Estão actualmente em formação, no Centro de Estudos Judiciários, 353 magistrados judiciais e do Ministério Público, contando com os 120 auditores que ontem iniciaram a sua formação», salientou o ministro da Justiça.

Finalmente, no que concerne à modernização dos tribunais, é um dado que se generalizou a utilização de meios electrónicos para pagamento das custas judiciais — estas, aliás, extremamente simplificadas pela publicação do novo Código das Custas. Refira-se, ainda, o Plano Geral de Informatização, que se encontra em plena execução.

OPOSIÇÃO FOGE DA MOÇÃO DE CENSURA

Os partidos da oposição formaram mais uma coligação negativa no Parlamento e aprovaram um voto de protesto contra a política agrícola. Jorge Coelho, na resposta, desafiou o PSD, o PP e o PCP a assumirem as consequências dos seus actos, apresentando uma moção de censura. Mas PSD, PP e PCP tiveram medo, conscientes de que uma larga maioria dos portugueses apoia a política deste Governo.

O ministro da Administração Interna esteve no Parlamento, na semana passada, para explicar a forma como as forças de segurança actuaram em Ourique. Jorge Coelho assumiu todas as responsabilidades em relação ao modo como agiram as polícias, que, durante as acções de protesto, tiveram que evitar actos claros de ilegalidade.

Confrontado com acusações dos partidos da oposição às forças policiais, o titular da pasta da Administração Interna não hesitou em concluir que o Governo defende o cumprimento da lei, não aceitando cortes de estrada em Portugal, enquanto, pelos vistos, sobretudo nos últimos tempos, os partidos da aliança de direita revelam que, caso estivessem a governar o País, autorizariam essas manifestações ilegais. No caso particular do PCP, Jorge Coelho até reconheceu haver alguma coerência, pois os comunistas sempre apoiaram cortes de estrada.

Face às posições preconizadas pelos partidos da oposição, o ministro da Administração Interna lançou-lhes um desafio:

«Se não aceitam a legitimidade deste Governo para manter a ordem e a autoridade do Estado, então apresentem uma moção de censura e, eventualmente, formem um novo Executivo entre os três. As forças de segurança não podem ser postas em causa e, por isso, assumo toda a responsabilidade

de daquilo que foi feito», acentuou o mesmo membro do Governo. A concluir, Jorge Coelho afirmou que há «um valor supremo na democracia portuguesa: a liberdade de circulação dos cidadãos». Por isso, qualquer Governo responsável nunca poderá aceitar que determinados manifestantes cortem o País em dois.

Já sobre a situação agrícola no Baixo Alentejo, o presidente do Grupo Parlamentar do PS estranhou que partidos como o PSD e o PP não aceitem os princípios mais elementares da economia de mercado, «algo que não nos surpreende no caso do PCP».

Depois, tal como já havia sublinhado Jorge Coelho, o líder da bancada socialista disse não ser possível admitir que o direito de manifestação possa constituir um obstáculo ao direito de circulação. E lançou a pergunta: «O que estaria agora a dizer o PSD, se o Governo nada tivesse feito para repor a ordem?» Com alguma ironia, Francisco Assis afirmou, ainda, que a aliança no voto de protesto en-

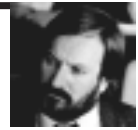
tre comunistas e as forças da alternativa de direita representava «um dia histórico» para o PCP. É que, pela primeira vez, «o PCP adoptou uma atitude de solidariedade, até com alguma alegria, face às posições da Confederação de Agricultores de Portugal (CAP)». Em termos de futuro, Francisco Assis admitiu que, um dia mais tarde, também o PCP aceitará os princípios de uma economia de mercado. «Fico é surpreendido com os ataques da direita às regras da economia liberal».

Após intervenções contraditórias de Marques Mendes e de Pacheco Pereira, sobre a estratégia a adoptar pelo PSD naquele debate, Francisco Assis ainda teve a oportunidade de demonstrar a desorientação que reinava na bancada do maior partido da oposição. E comentou:

«Pacheco Pereira disse que Marques Mendes deveria ter estado calado. Apresentou a Marques Mendes uma verdadeira moção de censura.»

CARTAZES

Alberto Martins



CUSTOS DA REGIONALIZAÇÃO

O cartaz do PSD de propaganda ao não à regionalização, afirmando o «não a mais 398 deputados, 44 governantes e 8 presidentes», é modelar de comportamento político propagandístico e inconsistente. A lei 56/91, aprovada por unanimidade pela Assembleia de República, publicada no «Diário da República», de 13 de Agosto de 1991, foi da iniciativa do PSD. É essa lei-quadro das regiões administrativas que define as atribuições, as competências e os órgãos das regiões. É essa lei que define a composição dos órgãos e onde claramente se diz que a «Assembleia regional é o órgão deliberativo da região administrativa e é constituída por representantes das assembleias municipais, em número de 15 ou 20, e por membros directamente eleitos pelos cidadãos recenseados na área da respectiva região, em número de 31 ou 41, consoante se trate de região com menos de 1,5 milhões de eleitores ou de 1,5 milhões e mais». No número 2, do mesmo artigo 22.º, é dito que «os membros da assembleia regional são designados deputados regionais». Noutro artigo do mesmo diploma é dito que «A junta regional é o órgão executivo da região administrativa, constituída por um presidente e por vogais, em número de seis nas regiões com 1,5 milhões ou mais de

eleitores e em número de quatro nas regiões restantes».

Esta é a lei da Assembleia em vigor, votada e aprovada por unanimidade em 1991, sob iniciativa do PSD e que, nunca, até hoje, foi objecto de qualquer tentativa de alteração. Isto é, os cargos, os órgãos e as competências têm uma origem e identidade consensuais.

No combate eleitoral, o despudor do PSD a tudo se permite. Os cargos de que o PSD foi o proponente, e que nunca rejeitou sequer por proposta alternativa, tornaram-se num abuso, gritante. Veja-se lá! «398 deputados, 44 governantes e 8 presidentes».

Mas, atenção, esta é uma construção de ficção política, os «398 deputados» do cartaz do PSD chamam-se, na terminologia que o PSD propôs e vingou, (398) deputados regionais. Os 44 governantes são na referida terminologia, «made in PSD», 36 vogais e 8 presidentes da junta regional. Os 8 presidentes da junta regional são, assim, incluídos no cartaz bombástico duas vezes: como governantes e como presidentes(!).

No artigo 32.º, da lei referida, é dito, por sua vez, que «aos membros dos órgãos regionais é aplicável, com as devidas adaptações, o estatuto dos eleitos locais».

A tentativa de empolar, com uma leitura

demagógica, o acréscimo, em número e despesa, de cargos autárquicos é gritante e não é democraticamente séria. Regressamos, assim, a uma cultura política miguelista, de criação de fantasmas, pré-democrática. Vale a pena recordar, por isso, que hoje, e nisso não vem mal ao mundo, pelo contrário, há em Portugal cerca de 51 000 autarcas. E dos 398 membros totais das assembleias regionais a criar 268 são eleitos directamente e 130 representantes das assembleias municipais. O vencimento dos deputados regionais será igual ao dos deputados municipais, isto é, o correspondente ao valor das senhas de presença na meia dúzia de reuniões que haverá, por ano, da Assembleia Regional. Os presidentes da junta e vogais terão um regime remuneratório idêntico ao das câmaras municipais.

A tudo isto acresce a redução dos actuais governadores civis de 18 para 8 e a readaptação dos órgãos desconcentrados do Estado, os quais naturalmente se articularão com as regiões. Designadamente, as comissões de coordenação regional e os órgãos desconcentrados regionalmente da Administração. A título informativo, verifica-se que já hoje há desconcentração regional ao nível das regiões de turismo, direcções regionais de Economia, Agricultura, Saúde, Ambiente, Cultura, Educação

(Ensino Básico) e Centros Regionais de Segurança Social.

Os actuais dois mil funcionários públicos que se repartem pelos governos civis (cerca de 500) e pelas comissões de coordenação regional (cerca de 1600) poderão articular-se com as novas estruturas institucionais regionais. Onde um propalado despesismo e empolamento de cargos políticos que não tem consistência séria, quer ao nível dos eleitos, quer no plano da organização administrativa.

Vale a pena reter as palavras insuspeitas e prudentes de Valente de Oliveira (Novos considerandos sobre a Regionalização, 1997) quando se pronuncia sobre os custos da regionalização e alude à importância de comparar os valores das relações benéficos/custos. «Os custos podem ser domesticados, quer através de uma lei de finanças regionais bem estruturada, quer através da fixação de regras que orientem, em termos adequados, a formação das administrações regionais».

Não vejo que seja necessário proceder a admissões maciças de funcionários. A maior parte dos que interessam já estão nas regiões e outros, vindos da Administração Central, poderiam ser incentivados a prosseguir as suas carreiras».

Parece que tudo isto foi esquecido...

In «Jornal de Notícias»

REFORMA ADMINISTRATIVA

Amílcar Pereira Augusto



REGIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE

Quando se fala em competitividade associa-se a luta, disputa pelo poder, por um melhor lugar na sociedade, por uma vida melhor, ansiedade por chegar à frente não deixando escapar oportunidades. Na política, nas carreiras profissionais, no desporto, falar em competitividade soa a exacerbar de paixões, parecendo que este acto por si só é portador de uma carga negativa que leva a excessos que se julgam plenamente justificados pela necessidade de se ser competitivo.

Competitividade e solidariedade parecem ser assim interesses de pólos antagónicos que se demarcam e se conflituam.

Pensar em regionalização e competitividade neste quadro, é trazer para o terreno do debate de ideias, algo que sempre existiu porque é próprio do homem, a competitividade, mas que se deseja agora gerido com mais ética e solidariedade e que por isso importa esclarecer discutindo-se até à sua total clarificação.

A regionalização como ideal de reforma administrativa para a administração públi-

ca foi conceptualizada para desenvolver o progresso e a riqueza e nivelar as regiões mais carenciadas pelas mais ricas.

Para que isto se torne uma realidade é necessário que exista uma forte solidariedade e coesão entre regiões e que a competitividade se desenvolva com lealdade e num clima saudável de geração de ideias com as melhores soluções para os problemas que as afectam.

A competitividade sempre existiu e continuará a existir enquanto houver ambição de melhorar, o nível de vida, as organizações, o País e as regiões. A competitividade entre regiões é salutar e deve ser encarada pelo seu aspecto positivo de catalisador de criatividade para resolução dos problemas concretos, procurando encontrar as melhores soluções, as mais inovadoras e de maior valor acrescentado.

A concorrência entre as regiões na aprovação dos seus orçamentos e dos projectos de investimento que ultrapassem as suas delegações de competência, não será um problema exclusivo da regionalização mas dos limitados recursos do País. Será

desta concorrência que se desenvolverá o progresso e não tenhamos dúvidas que estando inseridos na Europa comunitária, a concorrência entre os países membros é uma realidade ditada pelas leis duras dos mercados globais dominantes.

A competitividade entre regiões que se deseja aberta e ética, representará neste contexto mais uma virtude da regionalização ao ser dinamizadora da sistematização da procura de uma melhoria contínua, da modernização dos métodos e dos processos, mantendo o País preparado para continuar presente no pelotão da frente da Europa comunitária. Competitividade interna mas coesão e solidariedade para enfrentar a concorrência externa.

Não nos deixemos adormecer nos bons resultados económicos conseguidos, vencer uma batalha nunca foi ganhar uma guerra. Acabadas as privatizações das empresas públicas, o Governo precisa consolidar os bons resultados obtidos e para isso é necessário avançar com reformas estruturais que proporcionem a modernização do País, o aumento sustentado do PIB e a

regionalização dos salários pelos da média comunitária.

A regionalização faz parte destas reformas estruturais e é preciso avançar rapidamente neste sentido. Mas para isso há um trabalho árduo de esclarecimento da opinião pública a fazer e o tempo até ao referendo é excessivamente curto. É preciso demonstrar os reais benefícios da regionalização, comparando a organização futura com a actual, que organograma? Que delegação de competências? Que benefícios? Que custos?

A opinião pública desconhece o que vai ser a regionalização, é preciso informá-la não só com artigos de opinião como este, mas também com outros mais concretos e esclarecedores, demonstrativos de que a despesa pública não vai ser aumentada, a eficácia administrativa vai ser melhorada e de que ao encurtarmos os canais de decisão estamos a ser mais competitivos e consequentemente melhor defendidos no confronto com as exigências dos mercados globais onde estamos inseridos.

Enfrentemos esse desafio.

PELO PAÍS

Governação Aberta

ADMINISTRAÇÃO LOCAL – O secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto de Carvalho, deslocou-se, no dia 19, ao edifício-sede do grupo União Sport, em Montemor-o-Novo, onde formalizou, através de um protocolo, uma comparticipação do Estado no valor de 54 mil contos, visando a construção das bancadas do campo do referido agrupamento desportivo.



O protocolo insere-se no âmbito do PIDDAC do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, que dispõe de um programa de financiamento destinado a comparticipar em 70 por cento, até ao limite máximo de cem mil contos, obras com orçamento superior a dez mil contos, promovidas por associações de natureza cultural, recreativa e desportiva, bem como por instituições religiosas.

No dia 18, José Augusto Carvalho presidiu à celebração de um contrato-programa com a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, que se realizou no edifício dos Paços do Concelho.

O referido contrato-programa visa a beneficiação da rede integrada de estradas do Noroeste do concelho/Anobra, Ega e Sebal e Nordeste, envolvendo um investimento de 104 mil contos e uma comparticipação do Ministério do Equipamento de 52 mil contos, no âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e as autarquias locais.

AGRICULTURA – A fim de esclarecer a opinião pública sobre a conjuntura actual da agricultura portuguesa, o ministro Gomes da Silva, deu, no dia 17, uma conferência de Imprensa, no Salão do Marquês.

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL – o secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos, participou, no dia 18, no jantar oficial de encerramento da reunião da Assembleia Geral Anual da FACE – Federação das Associações de Caçadores da EU -, desta feita realizada em Portugal.

CIÊNCIAS – A convite do ministro da Ciência e da Tecnologia, a conferência da OCDE «Global Research Village II» realizou-se este ano em Portugal, nos dias 17 e 18, em Penha Longa, Sintra.

A sessão de abertura foi presidida por Mariano Gago. Participaram no evento ministros e altos representantes dos governos dos países

membros e associados da OCDE, responsáveis pelas pastas de ciência e tecnologia. Igualmente presentes estiveram representantes do sector industrial, universitário e de investigação.

O «Global Research Village II» foi a segunda edição (a primeira realizou-se, na Dinamarca, em 1996) da conferência da OCDE sobre as implicações das tecnologias de informação e comunicação na actividade científica em geral e nas políticas científicas e tecnológicas em particular.

CULTURA – O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, esteve presente, no dia 17, no Centro Cultural de Belém, por ocasião da inauguração oficial da exposição «World Press Photo».



Também na passada quinta-feira, dia 17, a secretária de Estado da Cultura, Catarina Vaz Pinto, assistiu, no palácio da Independência, à cerimónia de entrega de prémios do concurso de desenho, pintura e banda desenhada sem palavras, sobre «O Mar», organizado pela Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com Deficiência (ANACED).

A ANACED é uma associação privada, sem fins lucrativos, que pretende promover artistas com deficiência e chamar a atenção dos responsáveis e público em geral para as capacidades destas pessoas e assim facilitar a sua integração social.

Realizado no âmbito da Exposição Mundial de Lisboa, este concurso procurou motivar os artistas com deficiência a darem o seu contributo a um acontecimento de tão elevado carácter cultural, como é a Expo'98.

DESPORTO – O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, reuniu-se, no passado dia 17, em Lisboa, com o presidente da União das Ligas de Basquetebol, Eduardo Portela.

EDUCAÇÃO – O ministro da Educação, Marçal Grilo, acompanhou, no dia 17, o primeiro-ministro, António Guterres, numa visita ao jardim-de-infância do Centro Social de São Vicente Paulo.

Esta visita enquadrou-se na semana de abertura do ano lectivo de 1998/99.

EQUIPAMENTO – O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, deslocou-se, no dia 20, ao distrito de Viana do Castelo, para a assinatura do de um protocolo de cooperação entre o ministério e o con-

celho de Melgaço.

Mais tarde, João Cravinho assistiu ao cortejo etnográfico das Feiras Novas de Ponte de Lima.

No dia 17, o secretário de Estado adjunto do ministro do Equipamento do Planeamento e da Administração do Território, Consiglieri Pedroso, esteve presente na cerimónia oficial de apresentação de um novo navio da marinha mercante, que decorreu na estação marítima da Rocha de Conde d'Óbidos.

SAÚDE – A ministra da Saúde, Maria de Belém, presidiu, no dia 18, em Lisboa, ao IV Congresso da Federação de Sexologia.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE – O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, participou, no dia 19, no VIII Encontro de Idosos do Distrito de Bragança.

Esta reunião de idosos realizou-se no santuário de Nossa Senhora do Nazo, em Miranda do Douro, e o programa incluiu, pela primeira vez, a participação e confraternização entre idosos de Portugal e Espanha.

A iniciativa foi promovida pela União das Instituições Particulares de Solidariedade

Social do distrito de Bragança.

No dia 18, Ferro Rodrigues deslocou-se à Foz do Arelho para apresentar o programa de turismo social «Turismo Sénior 1998 – 1999», que regista um alargamento do número de vagas e de escolhas de alojamento e destinos, bem como um novo escalonamento de preços e função dos rendimentos.



A apresentação foi feita ao plenário do Congresso Mundial do Turismo Social, organizado pelo Bureau Internacional do Turismo Social, que decorreu nas instalações do Inatel na Foz do Arelho.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 17 de Setembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Duas resoluções que designam os consórcios Beiraagás e Tagusgás como concorrentes preferidos nos processos de concurso público para adjudicação da construção e concessão da exploração, em regime de serviço público, das redes de distribuição regional de gás natural do Centro Interior e do Vale do Tejo;
- Um decreto-lei que altera o n.º 2 do artigo único do decreto-lei n.º 266/98, de 2 de Outubro, alargando de 12 para 18 meses o período de isenção da taxa e emolumentos;
- Um decreto regulamentar que aprova a orgânica da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência;
- Um decreto-lei que estabelece os princípios uniformes relativos à avaliação e autorização dos produtos fitofarmacêuticos – isto é, os produtos farmacêuticos de base vegetal – face à sua colocação no mercado;
- Um decreto-lei que estabelece as condições sanitárias aplicáveis à produção e à colocação no mercado de produtos à base de carne e de outros produtos de origem animal, destinados, após tratamento, ao consumo humano ou à preparação de outros géneros alimentícios;
- Um decreto-lei que revoga o decreto-lei n.º 244/90, de 27 de Julho, que estabelecia o regime nacional de aplicação das ajudas à constituição e funcionamento das organizações de produtores de frutos secos e alfarrobas;
- Um decreto-lei que aprova o alargamento da área da Região de Turismo do Centro, com a entrada dos municípios de Carregal do Sal e de Santa Comba Dão;
- Um decreto-lei que aprova a redução da área da Região de Turismo de Dão-Lafões, com a saída dos município de Carregal do Sal para a Região de Turismo do Centro;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, EP a cunhar uma série de quatro moedas comemorativas, alusivas à descoberta do caminho marítimo para a Índia, respectivamente, à Terra do natal, Moçambique, Índia e Vasco da Gama, com o valor facial de 200 escudos;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, EP a cunhar uma moeda comemorativa de prata, alusiva ao Rei D. Manuel I, «O Venturoso», com o valor facial de mil escudos;
- Um decreto-lei que sujeita a servidão militar as instalações do prédio militar n.º 52, do concelho de Ponta Delgada, designado «Pelangana ou Mata do Bico do Ferreiro»;
- Uma resolução que altera a redacção do n.º 10 da resolução do Conselho de Ministros n.º 54/98, de 23 de Abril, que cria o Observatório do Comércio;
- Uma resolução que ratifica a alteração ao artigo 35º do regulamento do Plano Director Municipal de Alenquer, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros n.º 13/95, de 5 de Janeiro;
- Uma resolução que ratifica o Plano Director Municipal de Montemor-o-Velho.

SOUSA FRANCO GARANTE QUE IMPOSTOS NÃO VÃO AUMENTAR

O Orçamento de Estado para 1999 (OE/99) é compatível com o compromisso do Governo de que não haverá aumento de impostos, garantiu no dia 19, em Santa Maria da Feira, o ministro das Finanças, Sousa Franco.

O ministro falava à margem de um seminário sobre as consequências da introdução do euro na economia portuguesa que se realizou no Europarque, numa iniciativa da Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC).

O ministro garantiu ainda que «a revisão dos escalões e taxas do IRS será feita de modo a assegurar a distribuição mais justa da carga fiscal e isso significa, naturalmente, que para as classes médias e menos abastadas haverá alguma diminuição de impostos».

«Haverá também uma revisão da dedução específica dos rendimentos de trabalho de forma a reduzir a sobretributação que se verifica nesta área tanto em Portugal como nos outros países da União Europeia e que nós queremos combater», acrescentou.

Sousa Franco referiu ainda que a reforma prevê a autonomização das despesas com a educação, «não com o objectivo de a restringir, mas sim de obter uma melhoria nas condições de dedução das despesas nesta área».

Quanto à saúde, Sousa Franco garantiu também que a revisão das despesas neste sector trará «a inclusão, em termos ainda a definir, dos seguros de saúde, para o qual haverá que estabelecer um montante».

Maior justiça

Ainda nesta área Sousa Franco acrescentou que «para introduzir maior justiça na tributação do IRS, aquilo que antes constituíam deduções à matéria colectável será



convertido em deduções à colecta». Isto significa que aqueles encargos que são deduzidos no imposto implicarão maiores abatimentos para os contribuintes com rendimentos mais baixos e menores abatimentos para os que tiveram rendimentos mais altos, explicou o governante.

«Tal como acontece com a educação, as modificações introduzidas não visam restringir, mas sim clarificar as grandes deduções efectuadas nestas áreas», sublinhou o ministro.

O OE/99, que será divulgado no dia 15 de Outubro, incluirá ainda modificações na área da sisa, e «uma grande simplificação na área do Imposto do Selo, que visa sobretudo evitar o seu carácter burocratizante».

Eurolândia

Sousa Franco teceu críticas ao comportamento da oposição, que, se por lado, defende a integração do escudo na «eurolândia», por outro «faz todos os dias propostas que chocam contra o mais elementar rigor orçamental», o que «custa a entender».

FIM DA GASOLINA COM CHUMBO EM 1999

O ministro da Economia, Pina Moura, anunciou no dia 18 que a gasolina com chumbo vai acabar a 30 de Junho de 1999.

Pina Moura falava durante a cerimónia de assinatura de um protocolo entre os ministérios da Economia e do Ambiente e a Petrol, presidida pelo primeiro-ministro, António Guterres.

Durante a cerimónia no Centro Cultural de Belém, António Guterres sublinhou que a data de 30 de Junho do próximo ano vai antecipar em seis meses o fim da gasolina com chumbo em Portugal, em relação ao prazo estipulado pela directiva europeia para todo o espaço da União Europeia (ano 2000).

O chefe de Governo socialista referiu que «mais de 50 por cento dos automobilistas portugueses optam por gasolina com chumbo, quando apenas 16 por cento dos automóveis» precisam de a utilizar, garantindo que para esses 16 por cento

haverá «aditivos disponíveis para que possam manter-se em circulação».

O primeiro-ministro sublinhou ainda um plano de incentivos governamentais para o abate dos veículos mais velhos, destinado a estimular uma renovação do parque automóvel.

Em termos mais generalistas, António Guterres definiu que «o desafio» é recuperar o atraso qualitativo que afasta Portugal dos outros países europeus.

«Não basta aproximar os indicadores económicos», acrescentou.

Segundo sublinhou, «o desenvolvimento e a criação de riqueza não fazem sentido sem qualidade de vida, ambiente, desenvolvimento social e emprego».

O primeiro-ministro enalteceu as 225 medidas ambientais calendarizadas pela sua ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, neste dia dedicado ao ambiente e em que procedeu à inauguração do Parque Eólico de Pena Suar, na serra do Marvão.



OS ELEITOS: BEIRAGÁS E TAGUSGÁS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 17, duas resoluções que designam os consórcios Beiragás e Tagusgás como concorrentes preferidos nos processos de concurso público para adjudicação da construção e concessão da exploração, em regime de serviço público, das redes de distribuição regional de gás natural do Centro Interior e do Vale do Tejo, respectivamente. As referidas decisões foram tomadas de acordo com os relatórios da Comissão de Avaliação do concurso público, que para o efeito foi designado.

A área geográfica de concessão do Centro Interior abrange 59 concelhos, relativos

aos distritos de Viseu, Guarda Castelo Branco e parte do distrito de Coimbra, prevendo-se que permita abastecer cerca de 65 mil consumidores nos próximos 15 anos, em clientes de segmentos domésticos, terciário, pequenos e médios industriais e grandes consumidores.

Por seu turno, a área geográfica de concessão de Vale do Tejo abrange 39 concelhos, relativos aos distritos de Leiria, Santarém e Portalegre, cujas áreas não se encontravam ainda abrangidas nas concessões actualmente existentes, prevendo-se o abastecimento de mais de 70 mil consumidores nos vários segmentos.

PRAZO ALARGADO

O Governo aprovou, em reunião de Conselho de Ministros realizada na passada quinta-feira, dia 17, um decreto-lei que altera o n.º 2 do artigo único do decreto-lei n.º 266/98, de 2 de Outubro, alargando de 12 para 18 meses o período de isenção da taxa e emolumentos.

O decreto-lei n.º 266/97, de 2 de Outubro, isenta do pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos, incluindo os de registo, as empresas cujo objectivo principal seja a actividade de transporte, quando procedam a alterações do capital social e desde que, cumulativamente, tenham sido previ-

amente declaradas em situação económica difícil, nos termos do decreto-lei, n.º 353-H/77, de 29 de Agosto, e as alterações do capital sejam consequência da respectiva reestruturação financeira.

Verifica-se, no entanto, que o processo de análise e correcção do capital social daquelas empresas se revelou de tal modo complexo e moroso, que o período inicialmente previsto é considerado insuficiente para o efeito.

Assim, com a aprovação deste diploma visa-se permitir a finalização de processos em curso dentro do prazo da isenção.

O EXEMPLO PORTUGUÊS

O deputado socialista Artur Penedos representou Portugal na I Conferência Internacional sobre Renda Mínima, que se realizou em Brasília nos dias 11 e 12. Agosto.

Usando da palavra no Senado, Artur Penedos fez uma profunda explicação sobre a experiência de aplicação do Rendimento Mínimo Garantido em Portugal. Para o deputado, a Europa Comunitária, consciente da situação de exclusão social em que vivem alguns dos seus cidadãos, tem dado «passos significativos na procura da uniformização possível dos sistemas de protecção social».

É neste sentido que se insere a recomendação de 1992, feita pela Comunidade Europeia a todos os seus Estados-membros para que «reconheçam, no âmbito de um dispositivo global e coerente de luta contra a exclusão social, o direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viver em conformidade com a dignidade humana e, consequentemente adaptem o respectivo sistema de protecção social sempre que necessário».

Esta recomendação que tinha, na época dois alvos muito directos: Portugal e a Grécia, «desiludiu profundamente o movimento Sindical Europeu que sempre se bateu por uma Directiva», esta sim de carácter obrigacionista.

Apesar disso, a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido viria a acontecer em Portugal em 1996, com a chegada ao poder do actual Governo. António Guterres já há muito que reclamava a aplicação destes mecanismos de protecção para os cidadãos de menores recursos, tendo feito disso uma das bandeiras eleitorais do Partido Socialista.

Eivado de uma profunda sensibilidade social o actual Governo implantou com grande êxito o Rendimento Mínimo Garantido, provando assim aos portugueses e sobretudo à oposição de direita que «o sentimento generalizado das populações de que os



políticos encham os seus discursos com afirmações de grande solidariedade entre pessoas, gerações e Estados mas que, na prática, nada fazem para concretizar esses direitos, nomeadamente o direito à vida», não se aplicava a este Governo.

Artur Penedos referiu ainda, na sua intervenção no Senado brasileiro, os cuidados de que se revestiu a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido no nosso país por forma a evitar «conduzir as pessoas para uma espécie de *caridade eterna* praticada pelo Estado». Neste sentido «criou-se um contrato de investimento social», que garantindo o acesso do cidadão ao rendimento, evitaria no entanto que ele nada fizesse

para modificar a situação de pobreza em que havia caído. Este contrato que visava a recondução do cidadão à sua verdadeira dimensão, estabelecia «a obrigação de o Estado assumir a responsabilidade na promoção de programas de inserção e os cidadãos beneficiários da medida subscreverem, nos termos da lei, o compromisso de disponibilidade activa para o trabalho, integrando acções de formação ou de inserção».

«Como medida cautelar contemplou a Lei do Rendimento Mínimo Garantido um período experimental para adopção de projec-

tos-piloto com o objectivo não só de evitar eventuais aproveitamentos ilícitos, mas também o de estabelecer condutas e ganhar a indispensável experiência na aplicação de tão relevante medida, explica», ou Artur Penedos.

Paralelamente, referiu o deputado, procurou-se o envolvimento da sociedade civil na aplicação deste novo direito, o que se veio a saldar num «estrondoso êxito», já que aderiram às Comissões Locais de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido 4282 entidades.

O regresso à escola de crianças e jovens em idade escolar, resultante das regras estabelecidas na Lei e da acção dos vários agentes envolvidos, demonstrou, ainda que simbolicamente, que a medida poderá ter efeitos positivos na quebra do ciclo da pobreza extrema em que vivem inúmeros cidadãos e na recondução de crianças e jovens aos lugares de onde nunca deveriam ter saído, a escola.

Reconhecendo que a resolução dos mais complexos problemas sociais é tarefa extremamente difícil, uma vez que o regresso desses cidadãos a uma situação de plena inserção é ser um processo lento e moroso, Artur Penedos refere que o «objectivo tem por base a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos e o desenvolvimento harmonioso da sociedade, nomeadamente ao nível dos princípios de igualdade que a Constituição da República lhes confere».

«A obrigação dos estados face aos cidadãos, existe! Escolher o caminho para concretizar os direitos que lhes são reconhecidos, sem perder de vista a realidade concreta, não sendo tarefa fácil, é missão que com maior ou menor grau de dificuldade se encontra ao alcance de homens e mulheres interessados em pôr fim à indiferença com que a humanidade tem tratado os mais desfavorecidos», concluiu Artur Penedos.

JMV

GP/PS

Eleições a 1 de Outubro

ASSIS RECANDIDATA-SE À LIDERANÇA

O actual líder parlamentar do Partido Socialista, Francisco Assis, vai recandidatar-se ao cargo, em eleições marcadas para o próximo dia 1 de Outubro.

O anúncio da recandidatura de Assis foi feita na reunião do Grupo Parlamentar socialista realizada na noite do passado dia 15 e que contou com a presença do líder do PS e primeiro-ministro, António Guterres. Guterres manifestou na ocasião a sua disponibilidade para intensificar os contactos com a bancada socialista.



AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 24

A Assembleia da República reúne, hoje, às 15 horas, para debater em plenário o projecto de lei laranja sobre a garantia de difusão nacional da cobertura dos eventos relevantes e da sua disponibilização ao serviço público de televisão para o estrangeiro.

Segue-se a análise de um projecto de lei do PCP que assegura os direitos dos trabalhadores no caso de cedência ou transferência de empresa ou estabelecimento.

Por último, nesta discussão conjunta, o estudo de uma proposta de lei governamental que aprova o Estatuto do Jornalista.

As votações regimentais decorrerão a partir das 18 horas.

Sexta-feira, dia 25

No Parlamento haverá amanhã, pelas 10 horas e como ponto único da ordem de trabalhos do dia, uma sessão de perguntas ao Governo.

Quarta-feira, dia 30

Um agendamento potestativo do PPD/PSD ocupará as actividades parlamentares do hemiciclo de São Bento, pelas 15 horas.

ABANDONO ESCOLAR EM QUEDA

O ministro da Educação, Marçal Grilo, disse, no dia 15, em Paços de Ferreira, que a diminuição do abandono escolar é o resultado mais visível da criação dos territórios educativos.

«O combate ao abandono durante a escolaridade obrigatória, de acordo com os dados que as escolas dispõem, esta a diminuir. Esse era um dos grandes objectivos, que era combater o abandono precoce e fazer com que as crianças e os adolescentes se mantivessem na escola até ao fim da escolaridade obrigatória», referiu o governante.

Na opinião de Marçal Grilo, que falava na Escola Básica 2+3 de Paços de Ferreira após uma reunião com o conselho pedagógico do território educativo, «existe agora um indicador que aponta no sentido da redução do abandono, que só por si já seria um aspecto muito positivo».

Sobre o alargamento dos TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), o ministro mostrou-se cauteloso.

«A extensão da experiência e do projecto requer uma avaliação, para que não façamos alargamentos prematuros e precoces, que podem ser negativos», sublinhou o ti-



tular da pasta da Educação.

Marçal Grilo salientou ainda que a legislação publicada este ano sobre o novo regime de autonomia e gestão «contem a possibilidade e o incentivo à criação dos agrupamentos de escolas».

«Destes territórios, sairá muito trabalho, muita conclusão e muita recomendação para aquilo que vai e está a ocorrer - e já temos umas dezenas largas de agrupamentos de escolas pelo País -, quer em termos de agrupamentos horizontais quer em termos de agrupamentos verticais», frisou.

Ma estes agrupamentos de escolas e estes territórios educativos «estão na fase de produzir os seus estatutos e regulamentos internos, que terão de apresentar até 31 de Dezembro».

O ministro assegurou também a continuidade destes projectos «porque estão localizados em comunidades e em localidades onde existem problemas especiais que necessitam de apoios especiais».

Durante a manhã, o ministro da Educação, acompanhado pela secretária de Estado Ana Benavente, visitou a nova escola do primeiro ciclo do ensino básico de Fandinhaes, em Marco de Canaveses.

OLIVEIRA MARTINS INAUGURA ESCOLAS

O secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d' Oliveira Martins, esteve no dia 18 no concelho de Vila Franca de Xira, para proceder à inauguração oficial de dois novos estabelecimentos de ensino.

A primeira escola a ser inaugurada foi a básica do Cabo de Vialonga, que custou cerca de 120 mil contos e é composta por oito salas de aulas.

Depois, o secretário de Estado da Administração Educativa seguiu para o Bom Sucesso, localidade da freguesia de Alverca do Ribatejo, onde procedeu ao descerramento da placa de inauguração da EB 123.

A socialista Maria da Luz Rosinha, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que acompanhou o governante nas cerimónias de inauguração, aproveitou a presença de Guilherme d' Oliveira Martins para pedir facilidades de financiamento para a recuperação do parque escolar no município.

«O nosso património escolar está muito degradado e seriam necessários 200 mil contos de investimento para o reabilitar. O orçamento municipal não permite, por si só, fazer essas obras. Pedia, por isso, ao Governo que abrisse uma linha de crédito bonificado, para que a autarquia possa fa-



zer os arranjos necessários», disse.

O secretário de Estado mostrou-se disponível para estudar a situação, mas sublinhou que no País existem dez mil escolas que precisam de obras de recuperação. No seu discurso, Guilherme d' Oliveira Martins salientou que a escola tem de ser cada vez mais um meio interligado com a comunidade e que os professores têm um papel imprescindível na ligação com os encarregados de educação.

No que concerne ao pessoal não-docente, o governante referiu que tem de ser assumido um papel de maior formação e dignificação dos funcionários». **J. C. C. B.**

MIRANDÊS É LÍNGUA MINORITÁRIA

O projecto de lei para a consagração do mirandês como língua minoritária foi votado favoravelmente, no dia 17, na Assembleia da República, por proposta do deputado socialista do distrito de Bragança Júlio Meirinhos.

Natural de Miranda do Douro, Júlio Meirinhos apresentou o documento em Junho, contando com o apoio de outros deputados do seu grupo parlamentar, nomeadamente Francisco Assis e os transmontanos Alves Martinho e Mota Andrade.

O projecto de lei visa que «o Estado reconheça e promova a língua mirandesa, preste apoio científico e educativo, tendo em vista a formação de professores nesta área», e que o mirandês venha a ser ensinado nas escolas do concelho de Miranda. O diploma estabelece ainda que fique consagrado na lei que «as instituições públicas do concelho possam emitir e receber documentos em mirandês».

A consagração do mirandês deverá ser regulamentada num prazo de 90 dias e entrará em vigor um mês após a sua publicação em «Diário da República».

O mirandês é ensinado há cinco anos na Escola Preparatória de Miranda do Douro, como disciplina de opção, e tem inscritos

cerca de 40 alunos para o ano lectivo 1998/99.

Apesar de já ter sido substituído pelo castelhano, devido às influências da fronteira, ou pelo português dos filhos emigrados, estima-se que, actualmente, ainda falem mirandês entre 12 a 15 mil pessoas, numa área de 500 quilómetros quadrados, englobando o concelho de Miranda do Douro e zonas limítrofes.

Desde há algumas décadas que historiadores como António Maria Mourinho se têm dedicado ao estudo desta língua e desenvolvido um trabalho no sentido do seu reconhecimento.

Recentemente, surgiram duas associações de jovens - a Frauga, na aldeia de Picote, e a Galandum Galandaina, em Fonte d'Aldeia - que se têm dedicado à recolha de documentos, sons e outro legados em mirandês. A Associação Galandum Galandaina lançou um disco compacto (CD) com músicas entoadas ao vivo em mirandês, enquanto a primeira acção da Frauga consistiu em acrescentar a toponímia da aldeia de Picote os nomes das ruas em mirandês. Para os jovens que dinamizam estas associações, «o mirandês é um reforço da identidade do povo e um património cultural a preservar».

ARMA DE COMBATE À SOLIDÃO

O ministro do Trabalho e da Solidariedade considerou, no dia 18, em Leiria, o programa de «Turismo Sénior», dirigido a pessoas com mais de 65 anos, como factor preponderante no combate à solidão e à exclusão.

Ferro Rodrigues, que de manhã participou na Foz do Arelho no Congresso Mundial de Turismo Social, disse que o combate à exclusão se faz não apenas com acções respeitantes ao acesso ao emprego, mas também permitindo o «acesso aos tempos livres, a momentos de lazer devidos a quem, chegada a idade dos 65 anos, geralmente da reforma, muitas vezes se vê inibido de tal usufruto».

«O turismo social, pelas suas características basicamente não lucrativas, tem aqui uma palavra a dizer, agindo como factor de integração», disse o governante, acrescentando que este sector específico do turismo exprime, por outro lado, «uma dinâmica de democratização do acesso aos benefícios do tempo livre, sem quaisquer discriminações».

Para a época de 1998/99, cujas inscrições decorreram até ao passado dia 21, o turismo sénior - vertente do turismo social -, cujo programa é dirigido pelo Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (Inatel), propiciará férias a 40 mil idosos, em todas as regiões do País, o que corresponde a um crescimento de 30 por cento em relação ao ano anterior.

No final do programa prestes a ser iniciado, terão sido cerca de 109 mil os portugueses a beneficiar do turismo sénior - este ano a entrar na quarta época -, 10 800 dos quais terão participado em acções específicas da vertente «Saúde e Termalismo Sénior».

Face à adesão a estes programas



cofinanciados pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade e pela Secretaria de Estado do Turismo, o Governo aceitou um conjunto de orientações preconizadas pelo Inatel, entre as quais se destaca a revisão do escalonamento dos preços, ajustando o modelo de «diferenciação positiva».

«É uma forma de favorecer a participação dos pensionistas de menores rendimentos», disse Ferro Rodrigues, destacando, também, a adopção do «método de sorteio, acentuando a transparência e pondo fim às filas aquando do processo de inscrição».

Pela primeira vez, o programa é alargado a todo o território nacional, de maneira a que todas as regiões do País possam usufruir dos seus benefícios, os quais se traduzem, basicamente, na manutenção ou aumento dos postos de trabalho no sector da

hotalaria.

Presente na sessão, o secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, sublinhou que o turismo social é um elemento estabilizador da própria actividade turística, estando «condenado a crescer em todo o mundo». Com os indicadores da actividade turística, em Portugal, a apontarem para «um crescimento este ano, também graças à Expo, equivalente ao que deveria crescer em três anos normais», Vítor Neto apelou a uma «atenção crescente» ao sector do turismo social, tendo em conta que, «para algumas regiões do País, o turismo aparece quase como a única actividade económica».

**Limite de acesso
baixa para 24 500 escudos**

E se um maior número de reformados vai

poder gozar férias em 1999, nos termos do Programa Sénior, destinado à terceira idade, isso fica a dever-se à fixação em 24 500 escudos do rendimento mensal mínimo de acesso a esta iniciativa.

O limite mínimo de acesso ao programa, que é da responsabilidade do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, consta de um conjunto de medidas.

Com a nova filosofia do Programa Sénior que, de acordo com Ferro Rodrigues, visa a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população idosa, foi criado este novo escalão, que diminui o limite dos 31 200 escudos exigido no ano passado.

Nos termos desta alteração, o custo mínimo das estadas será de 9 600 escudos, contra os 11 200 escudos que em 1997/98 era pedido aos que auferiam pensões mais baixas.

No caso das viagens entre continente e qualquer das regiões autónomas, este valor será acrescido do estabelecido para a viagem de avião e taxas de aeroporto, sendo que no caso dos Açores os idosos beneficiarão da redução de que gozam os estudantes açorianos nas suas viagens de regresso a casa.

Valores diferentes - mais baixos - reportam-se às estadas em Porto Santo, cuja duração é de cinco noites e seis dias, em que os que auferem pensões mais baixas pagarão um mínimo de 7 200 escudos, acrescidos do valor estabelecido para as viagens de avião e taxas aeroportuárias.

Vantagens acrescidas têm igualmente os idosos que pretendam viajar para Espanha, destino para o qual o número de lugares disponíveis aumentou dos 1 200 previstos para o período 1997/98 para os três mil. Ainda neste âmbito está prevista a deslocação de um grupo de idosos ao Brasil, em Novembro próximo, para participar no II Encontro Luso-Brasileiro.

PREVISÕES

Final de 1998

RECEITAS AUMENTAM 100 MILHÕES DE CONTOS

As receitas do turismo em 1998 deverão registar um aumento superior a 12 por cento, o que significa mais cem milhões de contos que no ano anterior, segundo as previsões divulgadas pela Direcção-Geral do Turismo na passada quinta-feira, dia 17.

No final do ano, as receitas deverão atingir os 850 milhões de contos.

No período compreendido entre Janeiro e Julho, as receitas geradas pelo turismo cresceram 11,6 por cento, alcançando os 338 milhões de contos.

Para este número contribuíram fortemente as regiões de Lisboa, Costa do Estoril e Alentejo.

Numa conferência de Imprensa, em Lisboa, destinada à apresentação destes dados, o secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, salientou que, além do factor Expo'98, «o ano turístico consolidou-se de forma bastante positiva em Portugal». É que todas as regiões do País apresentam valores positivos.

Uma sondagem à hotelaria feita pela Direcção-Geral do Turismo (DGT) revela que, de Janeiro a Julho em relação ao período homólogo anterior, os estrangeiros preferiram sobretudo na Região de Lisboa e Vale do Tejo (mais 27 por cento), o Alentejo (mais 24 por cento) e a Região Centro (mais 15 por cento).

As dormidas nacionais na hotelaria continuam a progressão verificada desde 1996, com especial incidência no Alentejo, com mais 32 por cento que nos primeiros sete meses de 97, Lisboa e Vale do Tejo (mais 20 por cento) e Norte (mais 11 por cento). Comparativamente ao período homólogo de 1997, o crescimento total, em todo o País, é de 10 por cento. Agosto foi o melhor mês do Verão de 1998, embora os dados da primeira semana de Setembro apontem para resultados ainda mais optimistas, devido aos movimentos turísticos gerados pela Exposição Mundial de Lisboa 1998.

Os dados provisórios referentes à primeira

semana do mês em curso sugerem uma taxa de ocupação/quarto de 95,1 por cento, contra 80,8 cento no ano passado, nos hotéis da capital e Costa do Estoril.

O gasto médio por turista/dia vai voltar a evoluir favoravelmente, devendo estabelecer-se em 11 500 escudos.

Segundo um apuramento preliminar global da DGT, o número de visitantes estrangeiros aumentou quase 10 por cento.

Os indicadores apurados permitem estimar um volume de entradas no País de cerca de 18 milhões de visitantes, entre Janeiro e Agosto. Por via aérea entraram mais 11,2 por cento, por terra mais 9,6 por cento e por mar menos 2,5 por cento.

PESCAS

NAFO: ajustar medidas aos recursos

REGRA GERAL: PRECAUÇÃO

Os Governos devem ajustar as medidas na área da pesca à realidade económica e biológica de modo a adequar as necessidades humanas à auto-sustentação da natureza, defendeu, no dia 15, o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Gomes da Silva falava na abertura do Conselho Geral da NAFO (Organização da Pesca do Atlântico Noroeste), encontro inserido na sua 20ª reunião anual, que decorreu em Lisboa até ao passado dia 18.

Deste encontro, que reuniu cerca de 250 participantes, saíram as quotas de pesca para a zona NAFO nomeadamente de palmeta, bacalhau, cantarinho e camarão. O responsável pelas Pescas portugueses salientou «as graves consequências da exploração desregulada» praticada nos últimos dez anos.

A maior parte dos pesqueiros mundiais estão «em más condições» e os ecossistemas estão em modificação, objecto da acção humana, repercutindo-se nas comunidades piscatórias.



«Os regimes de exploração têm de adaptar-se às condições dos recursos» e o princípio da precaução deve constituir «regra

geral», frisou Gomes da Silva, acrescentando que o desafio é medir a tolerância e fixar os limiares de utilização, tarefa para a

qual os políticos contam com a ajuda dos cientistas.

«Estamos decididos a tomar as medidas necessárias para sair da crise, embora sem esquecer o homem e as comunidades», salientou referindo-se a Portugal, onde entre legislação já existente se conta o regime laboral e as regras para combate a situações de incumprimento, a que se virá juntar «dentro de pouco tempo» um conjunto de normas para obter melhores condições na Segurança Social para os pescadores.

O secretário de Estado das Pescas, Marcelo Vasconcelos, também presente na sessão de abertura do Conselho Geral da NAFO, referiu, à margem do encontro, que «os estudos realizados mostram melhorias nos stocks de algumas espécies no Atlântico Noroeste».

Portugal tem 13 navios a pescar na NAFO. Entre os países membros desta organização estão a Bulgária, Canadá, Cuba, Estónia, União Europeia, Islândia, Japão, Noruega, Polónia, Roménia, Federação Russa ou EUA.

PRODUÇÃO AGRO-ALIMENTAR

Olivicultura

APROVEITAR «CAPITAL DE SIMPATIA»

O secretário de Estado da Produção Agro-Alimentar, Cardoso Leal, apelou, no dia 18, em Bragança, aos agricultores para aproveitarem os financiamentos previstos no plano de expansão do olival em mais 30 mil hectares.

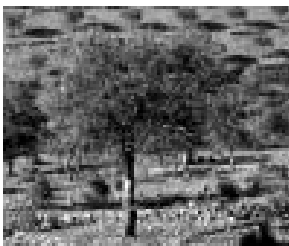
Cardoso Leal falava na sessão de encerramento do simpósio sobre olivicultura, que reuniu, em Bragança, durante três dias, técnicos e investigadores portugueses e espanhóis que se têm debruçado sobre esta área.

«Neste momento, não há limite para as diversas iniciativas e os projectos que arrancarem agora não terão problemas de financiamento», garantiu.

O Plano de Desenvolvimento da Fileira de Olivicultura foi anunciado em 1997 e vigora durante três anos com uma dotação financeira de 8,5 milhões de contos para projectos de expansão do olival.

Cardoso Leal realçou que «esta é uma boa oportunidade de os agricultores se expandirem e conseguirem implantar-se com os seus produtos», frisando que «há um capital de simpatia enorme a nível de mercado». «Haja resposta para poder satisfazer toda a gente que pretende os nossos produtos, nomeadamente o azeite, a castanha, queijos, frutas ou o vinho», frisou, apontando o exemplo do Brasil, onde, afirmou, «os produtos portugueses são muito apreciados».

O secretário de Estado considerou que, para conseguir este objectivo, «a aposta na qualidade é fundamental e para isso há



necessidade de conseguir por em prática os estudos e avanços tecnológicos proporcionados pela área da investigação».

Esta foi uma lacuna apontada no simpósio sobre olivicultura, no qual os intervenientes, essencialmente investigadores, lamentaram que «os conhecimentos adquiridos não cheguem à prática».

O secretário de Estado adiantou que, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF), «haverá uma componente de apoio complementar à investigação e desenvolvimento, de forma a conseguir-se que as descobertas sejam utilizadas».

«Enquanto o conhecimento não chegar à utilização, é como se não existisse. É fundamental que a investigação tenha resultados práticos que se traduzam no desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas do sector», afirmou.

PESCAS

Olhão

PAÍSES MEDITERRÂNICOS DEBATEM AQUICULTURA

Representantes de 12 países europeus e do Norte de África reuniram-se em Olhão até ao passado sábado para preparar o Sistema de Informação para a Promoção da Aquicultura no Mediterrâneo (SIPAM), concebido pela FAO.

O sistema informático, que deverá entrar em funcionamento já no próximo ano, visa permitir o acesso rápido à informação especializada sobre investigação, problemas técnicos, questões legais e sistemas de produção nos vários países da zona.

Exclusivamente dedicado à informação sobre produção em viveiro de espécies animais marinhas e de salmoura, o SIPAM funciona sob a égide da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo, a que a União Europeia aderiu em Junho.

«Depois deste sistema estar em funcionamento será possível os produtores seleccionarem as espécies a desenvolver em função das tecnologias para o efeito e das necessidades dos próprios mercados», disse a à Imprensa uma responsável governamental portuguesa pelo encontro, Maria Elisa Vasconcelos.

Financiado até aqui pela Organização das Nações Unidas, através da FAO, bem como por alguns países integrantes, o SIPAM permitirá ainda «melhorar os sistemas de formação e combate à poluição no Mediterrâneo, um mar bastante fechado e portanto potencialmente em perigo sob aquela perspectiva», acrescentou.

Salientou, contudo, que a produção de es-



pécies em viveiro não constitui um risco acrescido para os consumidores do ponto de vista da poluição, sendo até muito seguro, «devido à obrigatoriedade de depurações e higienização das espécies criadas em cativeiro».

«Países como o nosso despertaram tarde para esta realidade da aquicultura, e do combate à poluição, designadamente dos bivalves, que está muito avançada noutros países», disse, sublinhando a necessidade de «dar agora tempo a que os produtores portugueses percebam quanto têm a ganhar com as depurações».

Além de especialistas portugueses da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, onde ficará sediado o sistema, participam no encontro técnicos de Chipre, Croácia, Egipto, Espanha, França, Grécia, Itália, Malta, Marrocos, Tunísia e Turquia.

Durante o encontro foi ainda debatida a eventual adesão ao SIPAM da Bulgária, Argélia e Líbia.

MAIOR CONTROLO VIA SATÉLITE DA PESCA MARÍTIMA

O Parlamento Europeu propõe um aumento da dotação orçamental para o controlo da actividade piscatória nas águas marítimas da União Europeia ou no âmbito das suas obrigações multilaterais, através do sistema de vigilância por satélite.

A proposta é do eurodeputado socialista José Apolinário, no relatório de parecer sobre o projecto de Orçamento comunitário para 1999, de que é autor e que foi aprovado pela Comissão das Pescas do PE, em reunião que decorreu na semana passada, em Estrasburgo.

O eurodeputado socialista constata que os montantes inscritos no projecto de Orçamento, apresentado pela Comissão Europeia, são conformes com a necessidades e permitem consolidar e aprofundar os progressos da Política Comum da Pesca (PCP), excepto na vertente «controlo».

José Apolinário considera que «o controlo constitui um pilar fundamental da PCP» e as dotações previstas não são suficientes para cobrir as necessidades reais, devido à generalização, a partir de 1997, de um sistema de vigilância por satélite.

Disponibilizar recursos suplementares

Em consequência, há necessidade de disponibilizar recursos suplementares, para a participação financeira da Comunidade nas



despesas suportadas pelos Estados-membros na execução do regime de controlo, dado o custo particularmente elevado dos instrumentos.

Com a alteração proposta por José Apolinário, as dotações para autorização passam de 41,5 milhões de ECU (8,3 milhões de contos) para 45 milhões de ECU (9 milhões de contos) e as dotações para pagamento passam de 28 milhões de ECU (5,6 milhões de contos) para 35 milhões de ECU

(7 milhões de contos).

A pesca artesanal é também objecto de propostas do eurodeputado socialista no seu parecer.

Assim, num capítulo dedicado a este sector, o relator introduz uma inovação, ao propor que, a partir do ano 2000, as acções financiadas pela rubrica orçamental «Acção específica a favor da pesca artesanal» devem ser integradas na regulamentação relativa às acções estruturais.

Só assim será possível obter uma maior transparência e coerência entre os diferentes tipos de acções neste domínio.

Deste modo, a pesca artesanal passaria a estar integrada no âmbito das políticas estruturais - com dotação orçamental submetida à lógica dos fundos estruturais - e não apenas como simples medida específica, cujo carácter orçamental é passageiro.

Com a proposta de Apolinário, o ano de 1999 será o último em que estarão inscritas dotações (2 milhões de ECU/400 mil contos) com carácter ocasional, para aquele sector.

Sublinha que a pequena pesca costeira constitui uma actividade crucial para a sobrevivência de várias regiões marítimas, e daí ser necessário prosseguir as acções a favor desta actividade, utilizadora de mão-de-obra local.

POLÓNIA

Visita de Estado

SAMPAIO EMOCIONADO EM AUSCHWITZ

O Presidente da República, Jorge Sampaio, não conseguiu esconder a emoção ao visitar, no dia 17, o campo de concentração de Auschwitz, no último dia da sua deslocação à Polónia.

«Tolerância, paz, igualdade e solidariedade: eis aquilo que deve constituir sempre a nossa luta», escreveu Jorge Sampaio, no livro de honra do campo de concentração nazi de Auschwitz, onde morreram 1,5 milhões de pessoas.

«Este campo convoca-nos a assumir a responsabilidade comum de construirmos um Mundo em que seja impensável o extermínio e o horror de Auschwitz», sublinhou.

Manifestando «emoção pessoal e em nome de Portugal», Sampaio prestou homenagem à memória das vítimas do holocausto, escrevendo ainda no livro de honra que «está sempre nas nossas mãos fazermos com que o seu sacrifício não tenha sido em vão».

Muito emocionado, o Presidente da República percorreu três blocos, incluindo o «Bloco da Morte», de Auschwitz, principal símbolo do terror nazi, e o campo de concentração de Birkenau (Auschwitz II), concluindo a visita de Estado de quatro dias à Polónia, que ficou marcada marcada por um enorme êxito nos planos político, diplomático e económico.

Com os olhos cheios de lágrimas, Jorge Sampaio depôs uma coroa de flores junto do «Muro da Morte», onde eram fuzilados os prisioneiros de Auschwitz.

Antes, tinha visto dois mil quilogramas de cabelo humano, com vestígios de gases venenosos, e um exemplar sinistro da indústria têxtil nazi: um tapete feito com cabelo humano.

Jorge Sampaio viu também latas de gás letal utilizado nos campos de concentração, milhares de óculos, dezenas de próteses, objectos domésticos como tachos, panelas e bacias.

À entrada do campo de extermínio nazi, o Presidente da República deteve-se por breves minutos frente ao portão onde se lia a frase «Arbeit macht frei (O trabalho liberta)», numa demonstração do cinismo dos responsáveis nazis pelo que se passava no campo.

Em Birkenau, o Chefe de Estado viu o maior campo de extermínio do regime hitleriano e depôs uma coroa de flores no Monumento aos Mortos.

Neste campo do complexo de Auschwitz, onde existia a maior parte das câmaras de gás e cinco fornos crematórios, 10 a 20 por cento dos prisioneiros eram registados, enquanto 80 por cento a 90 por cento eram levados directamente para as câmaras de gás.

SUÉCIA

Eleições

PARAÍSO DA SOCIAL-DEMOCRACIA PROSSEGUE

A social-democracia sueca com o seu avançado Estado-Providência e a sua economia social de mercado vai continuar. Na Suécia, tudo como dantes. Nas eleições legislativas realizadas no passado domingo, os sociais-democratas venceram de novo, e Goran Persson deverá continuar a ser primeiro-ministro.

No entanto, numas eleições marcadas por uma elevada taxa de abstenção, os sociais-democratas obtiveram o seu pior resultado desde 1928, o que os obrigará a negociar com o Partido de Esquerda (ex-comunistas) com vista à formação de um novo Governo.

Recorde-se que o Partido Social-Democrata governou a Suécia durante 57 dos últimos 66 anos, sendo portanto o principal responsável pelos elevados níveis de bem-estar social e de justiça fiscal existentes neste país escandinavo.

Goran Persson, sucessor de Olof Palme e de Ingvar Carlsson na liderança dos sociais-democratas, prometeu durante a campanha eleitoral melhorar os serviços de

saúde e assistência social e combater o desemprego, sem cedências à lógica neoliberal.

J. C. C. B.

Os resultados finais das eleições legislativas de domingo na Suécia foram os seguintes:

Partidos	%	Assentos
Sociais-Democratas Moderados	36,5	131
Partido da Esquerda (conservadores)	22,7	82
Partido da Esquerda (ex-comunistas)	12	43
Cristãos-Democratas	11,8	42
Centristas	5,1	18
Liberais	4,7	17
Verdes (ecologistas)	4,5	16

A participação do eleitorado foi de 78,6 por cento
O Parlamento sueco («Riksdag») é composto por 349 assentos

PATRIMÓNIO

Duplicado investimento no património

PRESERVAR IDENTIDADE LUSITANA

O primeiro-ministro, António Guterres afirmou, no dia 19, em Braga, que o Governo português duplicou o investimento público em projectos de recuperação do património construído.

«Estamos a fazer um grande esforço na atribuição de verbas para projectos de recuperação do património, em edifícios, em museus e na arqueologia, porque achamos que vale a pena investir nas coisas que fazem parte da nossa história e da nossa cultura, da nossa identidade», referiu.

Guterres falava aos jornalistas no início de uma visita ao Mosteiro de São Martinho de Tibães, a primeira etapa de uma deslocação de carácter cultural que realizou a Braga, acompanhado pelo ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho.

O chefe do Executivo socialista foi recebido no local pelo governador civil de Braga, Pedro Bacelar de Vasconcelos, pelo presidente da Câmara bracarense, Mesquita Machado, e pela conservadora do Museu de Tibães, Aida Mata.

Na ocasião, Guterres salientou que, pessoalmente, tem «um grande interesse pelo património, especialmente pelo Mosteiro de São Martinho de Tibães».

«Não é a primeira vez que aqui venho, mas hoje quero ver o grande progresso que as obras têm conhecido e ficar a saber o muito que ainda há para fazer», frisou.

As obras de recuperação da Igreja e do Mosteiro setecentistas de Tibães iniciaram-se em 1995 tendo incidido na Casa Paroquial e no restauro parcial da Ala Poente



(1995/1996) e nas escavações na área de refeitório (1996/1997). Actualmente, estão em execução as obras

de recuperação e restauro da Ala Norte, o restauro do arcaz da Sacristia e a recuperação do Claustro do Cemitério e da Igreja,

num investimento total de 420 mil contos. Até ao final da obra, previsto para o ano 2000, o Ministério da Cultura prevê um investimento de 1,5 milhões de contos.

Governo vai estimular actividade económica

Durante a visita a Tibães, António Guterres não deixou de comentar a notícia publicada no semanário «Expresso», garantido que o seu Governo «já está a tomar medidas de estimulação da actividade económica», iniciativa que visa os «eventuais efeitos negativos da crise financeira internacional».

«A crise não chegou à Europa e confiamos que não venha a chegar», salientou Guterres, acrescentando que «o Governo está a preparar medidas que possam compensar alguma eventual quebra proveniente do exterior».

O chefe do Executivo socialista referiu que tem vindo a avisar «os países que têm maior capacidade de intervenção para a necessidade de se enfrentar atempadamente esta crise, de modo a evitar que ela se traduza numa crise das economias, afectando o emprego e o crescimento».

«Existe uma situação complicada a nível mundial que se espelhou nas bolsas de valores, na crise asiática e na Rússia, pelo que os bancos centrais dos países mais ricos deveriam concertar um conjunto de medidas para relançar a economia», defendeu o primeiro-ministro.

ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

III QCA

EXECUTIVO PREPARA FUNDO DE COESÃO INTERNO

O Executivo «vai criar um fundo de coesão nacional para promover a solidariedade entre todas as regiões», garantiu o ministro Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, no passado dia 21, em Arcos de Valdevez.

«Vamos apresentar em Bruxelas, nas negociações para o terceiro Quadro Comunitário de Apoio, um projecto inovador que permita acelerar a inserção das diferentes regiões nas grandes redes nacionais», afirmou Cravinho.

Para o governante, «a concretização deste fundo de coesão interno será facilitada se houver interlocutores ao nível das regiões». João Cravinho falava nos Paços do Concelho de Arcos de Valdevez, onde presidiu a assinatura de um contrato-programa entre o município e o Estado, no quadro do Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional (Prosiurb).

O contrato-programa destina-se ao financiamento das obras de recuperação do centro urbano e a criação de uma Casa das Artes e de um Centro de Promoção e Di-

vilgação de Produtos Regionais.

A cerimónia de assinatura do contrato, que prevê uma comparticipação estatal de 70 mil contos, contou com a presença dos secretários de Estado da Administração Local, José Augusto Carvalho, e dos Transportes, Guilhermino Rodrigues, além do presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, Braga da Cruz.

João Cravinho salientou que o fundo de coesão que vai ser proposto à Comissão Europeia, visa também dar um impulso as obras estruturais que são fundamentais para as regiões mais carecidas, como é o caso das redes viárias.

«O presidente da Câmara acaba de nos lembrar a necessidade que a região do Vale do Lima tem de uma rede viária moderna e fê-lo com toda a propriedade», afirmou o ministro, frisando que, «embora o IP9 esteja prestes a ser lançado, há muitas outras estradas no Alto Minho e em todo o País que não são lançadas por falta de recursos financeiros do Orçamento de Estado». João Cravinho salientou, a propósito, que «os mecanismos inovadores de solidarie-

dade nacional que é necessário encontrar só terão efectivas possibilidades de êxito se houver um patamar orgânico regional, as regiões, que lhe dêem expressão».

«Todos sabemos que actualmente aqueles que mais têm são os que mais recebem, mas manda a lucidez que se diga que se não houver uma alteração estrutural através da regionalização, as coisas vão continuar como são, porque os homens e os seus lobbies muito dificilmente mudam», acrescentou.

Segundo o ministro, «na maioria dos casos, aqueles que receberam muito nos anteriores fundos comunitários esperam agora receber mais, esquecendo as regiões que mais precisam».

A visita de João Cravinho ao Alto Minho começou na manhã da passada segunda-feira, na Câmara de Melgaço, onde foi assinado um contrato-programa para a construção do Complexo Desportivo e de Lazer do Monte de Prado/Centro de Estágios do Alto Minho.

Em Melgaço, o ministro visitou ainda as obras da ponte internacional Peso/Arbo,

que vai ligar o concelho a Galiza.

À tarde, João Cravinho deslocau-se aos concelhos de Ponte da Barca e Ponte de Lima, onde assinou contratos-programa com as duas autarquias.

Cravinho anuncia fundo de coesão interno

João Cravinho anunciou no dia 20 que o Governo «vai criar um fundo de coesão nacional para promover a solidariedade entre todas as regiões».

«Vamos apresentar em Bruxelas, nas negociações para o II Quadro Comunitário de Apoio (QCA), um projecto inovador que permita acelerar a inserção das diferentes regiões nas grandes redes nacionais», afirmou. Para o ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, «a concretização deste fundo será facilitada se houver interlocutores ao nível das regiões».

O fundo visa ainda dar um impulso às obras estruturais fundamentais para as regiões mais carenciadas.

HUMBERTO DELGADO

Comemorações do 40º aniversário das eleições de 1958

«...ESTOU DISPOSTO A MORRER PELA LIBERDADE»

O 40º aniversário das eleições de 1958, protagonizadas pelo general Humberto Delgado, vai ser assinalado a 3 de Outubro com a realização de uma viagem entre o Porto e Lisboa no «Comboio da Liberdade», anunciou Iva Delgado.

Em conferência de Imprensa na Câmara Municipal do Porto, a filha do general e presidente da Comissão das Comemorações das Eleições de 1958 afirmou que o «Comboio da Liberdade» simboliza a viagem feita pelo general que constituiu um marco importante na história da oposição ao regime ditatorial de António Salazar.

Humberto Delgado registou, a 14 de Maio de 1958, no Porto, uma das maiores manifestações populares ocorridas durante a ditadura, no âmbito da sua campanha presidencial.

Ao regressar a Lisboa, a polícia aguardava-o na estação de Santa Apolónia, de modo a impedir que o candidato da oposição democrática se deslocasse à Avenida da Liberdade, onde uma multidão o esperava.

O Presidente da República, que foi a primeira entidade a ser contactada por Iva Delgado para esta iniciativa, considerou-a «muito inovadora» e manifestou o seu apoio. Assim, embarcará no comboio no Porto, fazendo o percurso até Lisboa, onde será recebido pelo primeiro-ministro.

«Trata-se de fazer o contraste, entre o chegar a Lisboa e enfrentar a repressão, e agora, chegar em liberdade», disse Iva Delgado.



Durante o percurso será feita a apresentação pública de um «compact-disc» (CD) que reproduz o único registo sonoro português da voz de Humberto Delgado, gravado por Júlio Montalvão Machado, durante um comício em Chaves, a 22 de Maio de 1958.

A gravação tem entre 20 a 25 minutos de voz do General Sem Medo e reproduz na íntegra o seu discurso, que termina com as palavras: «É preciso que fique bem claro, estou disposto a morrer pela liberdade.»

A recuperação deste registo foi considerada «um milagre» dado que esteve escondido num quintal durante, pelo menos, 16 anos (até ao 25 de Abril), só este ano se

tomando conhecimento da sua existência. Um segundo registo da voz do general, em inglês, encontra-se nos arquivos da BBC, em Londres.

No percurso será também lançado o livro «Humberto Delgado: as Eleições de 1958», prevendo-se uma sessão com intervenções de Fernando Rosas, que prefaciou o livro, de alguns dos co-autores e do editor Assírio Bachelar.

No trajeto, que incluirá entrevistas a várias personalidades, será ainda lançada uma medalha comemorativa do 40º aniversário das eleições de 1958, da autoria de José Aurélio.

No «Comboio da Liberdade», que terá sete carruagens, e um modelo da época que a CP disponibilizou para este evento, viajarão, além de membros da comissão da candidatura presidencial de Humberto Delgado e de outros convidados, jovens do 3º ciclo e do ensino secundário, num total de 400 pessoas.

O comboio partirá do Porto às 11 e 30, após uma sessão de boas-vindas aos convidados, efectuando paragens em Vila Nova de Gaia, Espinho, Ovar, Aveiro, Coimbra, Entroncamento, Riachos, Santarém, Vila Franca de Xira e Lisboa, onde se prevê que chegue cerca das 15 e 45.

No átrio da estação de Santa Apolónia, Lisboa, será inaugurada pelo Presidente da República e pelo primeiro-ministro a exposição «Quiseram calar-nos: Não se assasina a Liberdade», seguindo-se uma Guarda de Honra.

Às 17 horas haverá animação no Tejo com os «Barcos da Liberdade», em representação dos concelhos do Sul. As comemorações terminam às 17 e 30, com um «Concerto da Liberdade», em que actuarão Pedro Barroso, Manuel Freire, José Fanha, João Afonso, Coro Lopes Graça e os coros alentejanos de Plas e Serpa.

Na conferência de Imprensa, o secretário de Estado da Reforma Educativa, Guilherme de Oliveira Martins, disse que «o Governo não poderia ficar alheio» a esta iniciativa que, na perspectiva do Ministério da Educação, «é fundamental na educação para a cidadania».

Guilherme de Oliveira Martins anunciou, a este propósito, que durante todo o ano lectivo serão desenvolvidas nas escolas actividades em torno da cidadania, assinalando-se, deste modo, o 40º aniversário das Eleições de 1958, os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, no próximo ano, os 25 anos da Revolução de Abril.

Referindo-se ao «Comboio da Liberdade», Oliveira Martins recordou que a candidatura de Humberto Delgado, em 1958, «representou um passo muito grande relativamente à caminhada que terminou a 25 de Abril de 1974».

Por seu turno, o presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, na qualidade de anfitrião, congratulou-se pelo facto de a cidade ter participado num acontecimento que «levou a vitória - porque de vitória se tratou - sobre a ditadura».

PORTO

Cimeira Ibero-Americana

KOFI ANNAN CONFIRMA PRESENÇA

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, estará presente, como convidado especial, na VIII Cimeira Ibero-Americana, que decorrerá no Porto, a 17 e 18 de Outubro, anunciou a organização.

Entre os convidados especiais que já confirmaram a sua presença estão também o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), César Gaviria, o vice-presidente da Comissão Europeia, comissário Manuel Marin, o director-geral da UNESCO, Federico Mayor, o presidente do Banco Mundial, James D. Wolfensohn, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, e o secretário executivo da CPLP, Marcolino Moco.

A Cimeira Ibero-Americana receberá também o presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha, Cornélio Sommaruga, o secretário executivo da Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas,

Marta Murras, o director para as Américas do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Koffi Asonami, e o secretário permanente do Sistema Económico Latino-Americano, Carlos Moneta.

Também já confirmaram a sua presença o secretário-geral do Sistema de Integração Centro-Americana, Ernesto Leal, o presidente do Parlamento Latino-Americano, Adolfo Singer, o presidente do Centro Latino-Americano para as Relações com a Europa, Guillermo Yunge, e o presidente do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Álvaro de Vasconcelos, entre outros.

Importância da globalização da ciência e tecnologia

Os participantes na Conferência Científica «Ciência Global e Interesses Locais», que terminou terça-feira no Porto, recomendaram aos chefes de Estado e de Governo ibero-americanos que reconheçam «a im-

portância da globalização da ciência e tecnologia».

«Os chefes de Estado e de Governo reconhecem a importância transcendente que a globalização da ciência e tecnologia, propiciada pela sociedade de informação, tem para o futuro dos países», lê-se nas recomendações da conferência à VIII Cimeira Ibero-Americana, que se realizará em Outubro.

A conferência, que contou com a presença de especialistas de Portugal, Espanha, Venezuela, Cuba, Brasil, Chile, México, Argentina, Panamá, Bolívia e Uruguai, foi aberta segunda-feira pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, e encerrada pelo secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa.

No documento, solicita-se que os estadistas estejam «conscientes da absoluta necessidade dos países ibero-americanos participarem cada vez mais no mercado global como criadores e administradores, tanto de

tecnologia como de produtos e de processos inovadores».

Os participantes recomendam também que os países ibero-americanos atribuam a «máxima prioridade» à dotação e melhoria da infraestrutura de redes de comunicações e telemáticas para a comunidade científica.

Os conferencistas recomendam ainda que os chefes de Estado e de Governo ibero-americanos assegurem as dotações orçamentais dedicadas à formação de investigadores e à realização de projectos de investigação e desenvolvimento e que potenciem as acções de cooperação em ciência e tecnologia entre os países ibero-americanos.

Nas recomendações, considera-se «aconselhável» potenciar o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (Cyted), com a implantação em todos os países da região, atendendo aos «éxitos de funcionamento já amplamente provados».

COMUNICAÇÃO SOCIAL Sport TV

JOGOS EM DIFERIDO NA RTP-I E RTP-A

O secretário de Estado da Comunicação Social garantiu, no dia 23, que os jogos de futebol, antes transmitidos pela RTP e agora pela Sport TV, vão continuar a poder ser vistos na RTP-Internacional e na RTP-África, embora em diferido.

Em declarações à Imprensa, Arons de Carvalho adiantou que a Lei da Televisão obriga quem tenha os exclusivos dos jogos a cedê-los para emissões internacionais dos canais nacionais.

«Os jogos da RTP serão transmitidos em directo e os da Sport TV em diferido», referiu o secretário de Estado.

Em relação às acusações de que a RTP tinha comprado duas vezes o direito de transmissão de alguns jogos - primeiro à Olivadesportos e depois à Sport TV - Arons de Carvalho esclareceu que o contrato entre as duas primeiras entidades cessou este ano, pelo que para a presente época a RTP só comprou os jogos que vai transmitir.

Lembrou, a propósito de críticas do PSD, que o contrato entre a RTP e a Olivadesportos foi assinado em 1995 durante o governo laranja.

O governante diz continuar a pensar que «o futebol é serviço público, mas em do-



ses equilibradas e sensatas». Ou seja, do modo como acontece actualmente, «um jogo por semana e os resumos e programas desportivos».

«No caso da selecção nacional e da Liga dos Campeões irá além disso», adiantou.

EXPO'98

Depois do encerramento...

FESTA PARA TRABALHADORES A 2 DE OUTUBRO

Os cerca de 15 mil trabalhadores do recinto, um terço dos quais da organização, são homenageados pela Sociedade Parque Expo no próximo dia 2 de Outubro - uma sexta-feira - com uma grande festa à porta fechada.

A iniciativa foi revelada pelo director do Centro de Operações e Controlo (COC) da Sociedade Parque Expo, que anunciou o encerramento do recinto ao público entre 1 e 6 de Outubro, para descanso de todo o pessoal.

João Soares Louro realçou que esta festa interna visa ser uma oportunidade única para o convívio indiscriminado dos trabalhadores que, ao longo de 132 dias, contribuíram, com o seu esforço, para o desenrolar da exposição.

A mesma fonte não excluiu a possibilidade de as participações serem alargadas a convidados, prometendo jantar e baile para os trabalhadores se despedirem uns dos outros.

Dos cinco mil trabalhadores da Sociedade Parque Expo, cerca de 80 por cento, correspondentes a mais de quatro mil, têm contrato a termo certo até ao fim da exposição e os remanescentes, a termo incerto, porque foram contratados antes do arranque

do evento.

Soares Louro deixou uma palavra optimista e de «esperança», no sentido de que a «qualidade e eficácia» será certamente o cartão de visita destes trabalhadores em busca de outra oportunidade no mercado laboral. O director-geral de operações sublinhou a «razoável procura» que os trabalhadores da Expo estão a ter para novos empregos, fruto precisamente da sua «boa imagem», relacionada com a «capacidade organizativa e dedicação» demonstradas num período cuja percentagem de absentismo foi na ordem de 2 por cento, um valor inédito em Portugal.

Para que estes trabalhadores encontrem uma saída, o Governo e o Instituto do Emprego e Formação Profissional têm desempenhado um papel importante, havendo registo, de acordo com Soares Louro, quer de empresas que os estão a ir buscar directamente, quer de sociedades em vias de criação para exploração de negócios no antigo recinto da exposição.

Para o director-geral de operações, o *know-how* adquirido pelos trabalhadores é a chave do espírito que preside ao desenvolvimento destas novas pequenas e médias empresas (PME).

COMÉRCIO

Expo'98

O «ACONCHEGO» DA ECONOMIA PORTUGUESA

O secretário de Estado do Comércio, Osvaldo Castro afirmou, no dia 16, em Torres Novas, que a Exposição Mundial de Lisboa 1998 deu um «aconchego» à economia portuguesa que «vai ser importante para o futuro».

Osvaldo Castro falava na abertura da nona edição da Feira Empresarial da Região de Santarém, Fersant'98, que decorreu até domingo último, em Torres Novas. Sublinhando que neste momento existem «motivos de confiança», o governante afirmou que a Expo'98 «deu uma imagem de qualidade espantosa», levando muitos responsáveis estrangeiros a «redescobrirem» o nosso país.

«É indiscutível que Portugal está hoje em boa situação perante o mundo quando antes era conhecido pela mão-de-obra sem qualificação», disse, realçando o que se passa no sector têxtil, que «está a su-

perar os problemas» e a ter um contributo «muito forte» para as exportações.

No discurso de abertura da Fersant, Osvaldo Castro elogiou ainda o papel desenvolvido pelas associações empresariais, como a da Região de Santarém, a Nersant, que promoveu o certame, que «pelo seu sentido reivindicativo e pelo seu grande dinamismo» contribuíram para melhorar a situação no sector.

O secretário de Estado reconheceu a «grande pujança económica» do distrito de Santarém, em comentário à intervenção do presidente da Nersant, José Eduardo Carvalho, que classificou esta associação como «a segunda maior de base regional do País», em termos de representatividade (600 associados), e a primeira em volume de negócios e número de postos de trabalho nas empresas associadas.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

GNR

MAIS 12 LANCHAS RÁPIDAS PARA BRIGADA FISCAL

A Brigada Fiscal da GNR vai ser dotada de 12 lanchas rápidas, cujo concurso de aquisição, em fase final, representa um investimento de três milhões de contos, revelou, no dia 18, em Évora, o ministro da Administração Interna.

Jorge Coelho, acompanhado pelo secretário de Estado da Administração Interna, Luís Parreirão, falava na cerimónia comemorativa do quinto aniversário da Brigada Fiscal da GNR, realizada no Rossio de São Brás, em Évora.

Segundo o ministro, as lanchas rápidas «irão dotar a Brigada Fiscal de mais meios operacionais para poder cumprir a sua missão».

Realçou também o «grande esforço» do Executivo no sentido da modernização da Brigada Fiscal, nomeadamente através da aquisição de meios informáticos e de uma centena de novas viaturas.

Jorge Coelho deixou igualmente a garantia da aposta na formação dos elementos que compõem a unidade, que na passada sexta-feira festejou o seu quinto aniversário com uma cerimónia militar, em que também participou o comandante-geral da GNR, general José Manuel Viegas.

A cerimónia incluiu, além de um desfile das forças em parada, uma homenagem aos militares da ex-Guarda Fiscal e Brigada Fiscal falecidos.

SEGURANÇA

Escolas

GOVERNO REFORÇA MEIOS

Um ano lectivo com escolas ainda mais seguras é a aposta do Governo. O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, anunciou no dia 22, em Coimbra, que o Governo socialista decidiu adquirir mais uma centena de viaturas para aumentar a segurança policial nas escolas do País.

Com os novos veículos, a GNR e a PSP disporão de cerca de 250 viaturas para o desenvolvimento do programa «Escola Segura».

Jorge Coelho, que se reuniu com os comandantes-gerais e distritais do Norte e Centro

da PSP e GNR, e governos civis, lembrou que nos estabelecimentos de ensino abrangidos por aquele programa os problemas de segurança praticamente deixaram de existir.

Na reunião fez-se o ponto da situação sobre a segurança naquelas regiões do País e abordaram-se questões relacionadas com o programa integrado de Policiamento de Proximidade.

No final do encontro, o ministro Jorge Coelho manifestou-se satisfeito com os resultados.



Abrantes

Seminário Internacional sobre Ambiente

Realiza-se hoje e amanhã, na Biblioteca Municipal António Botto, em Abrantes, um Seminário Internacional sobre Ambiente. Neste Seminário onde participam delegações da Suécia, País Basco e Galiza, para além de Abrantes, estão em discussão vários assuntos ligados a um projecto que a autarquia de Abrantes, em parceria, apresentou à Comissão Europeia, no âmbito do programa Recit II.



O projecto, intitulado Emasser, tem como objectivo instalar um sistema de gestão ambiental nas áreas dos municípios envolvidos, quer ao nível das autarquias quer ao nível das empresas, e promover a compra de produtos verdes nestas zonas.

Albufeira

Autarquia apoia Taça Davis

O Executivo da Câmara Municipal de Albufeira deliberou atribuir um subsídio de 500 mil escudos à Federação Portuguesa de Tênis, destinado à realização da 3ª eliminatória da Taça Davis, que vai decorrer no Hotel Montechoro, em Albufeira, de 25 a 27 de Setembro.

Coimbra

Nova ponte vai arrancar

Coimbra vai ter uma nova ponte. No passado dia 15, o presidente da edilidade, Manuel Machado, que desde há oito anos se bate por esta infra-estrutura, pôde finalmente confirmá-la depois da JAE lhe ter apresentado o projecto completo.

A nova ponte e os respectivos acessos custarão à JAE cerca de 4 milhões de contos, ficando a Câmara com os encargos dos terrenos e iluminação pública.

O concurso internacional para esta obra, segundo revelou Manuel Machado, será aberto em Novembro.

Recorde-se que em 1992, a Câmara de Coimbra definiu a sua localização e baptizou-a como Ponte Europa, em homenagem a Jacques Delors, então presidente da Comissão Europeia.

O projecto foi, na mesma altura, entregue a Cavaco Silva e ficou na gaveta, até que no início do ano passado, aquando de uma visita de António Guterres à cidade dos estudantes, o projecto final foi aprovado.

Marinha Grande

Teatro do centro

Com o apoio da Câmara Municipal da Marinha Grande, a delegação de Leiria do Inatel está a realizar este mês uma mostra do teatro que se faz na zona centro do País. «Mandrágora», «A Feira dos Mandreiros», «O Urso» e «malefícios do Tabaco» são algumas das numerosas peças que podem ser vistas.

Penha de França

Órgão de informação

As diversas iniciativas de Verão destinadas às crianças e idosos da Freguesia, levadas a cabo pelo Executivo da Junta, são manchete na edição de Setembro do órgão de informação da Junta de Freguesia da Penha de França.



Para além de uma completa informação sobre a actividade em várias áreas desenvolvida pela Junta de Freguesia, presidida pelo camarada João Jofre da Fonseca Costa, destaque na última edição deste boletim para uma entrevista com o camarada Carlos Tecelão, vogal da Junta.

Na entrevista, o camarada Carlos Tecelão passa em revista as medidas já implementadas nas áreas dos pavimentos e iluminação, trânsito e equipamentos colectivos, e afirma-se empenhado numa «guerra permanente aos buracos nas ruas da Freguesia».

Saliando as «excelentes relações» entre a Junta e a CML, Carlos Tecelão refere ainda, na entrevista, que procura exercer a sua actividade de autarca «com grande empenhamento, sempre pautado pela defesa intransigente dos interesses de toda a população da Freguesia».

Portimão

Novo Palácio de Justiça

As diligências da Câmara de Portimão foram coroadas de êxito: a cidade já tem um

novo Palácio de Justiça.

Foi o próprio ministro da Justiça, Vera Jardim, que presidiu no dia 18 à cerimónia de inauguração do novo Palácio de Justiça daquela cidade algarvia.

Santo Tirso

I Festival Alcalina

A Câmara Municipal de Santo Tirso e a Associação Avense organizaram, no dia 19, a 1ª edição do Festival Alcalina, que decorreu com assinalável êxito no Centro Cultural de Vila das Aves. O festival tem como objectivo divulgar a chamada «música alternativa» em Portugal, ajudando a promover algumas bandas locais.

Setúbal

Um autocarro chamado cultura

Setúbal vai ter um autocarro cultural. A Câmara Municipal de Setúbal, presidida pelo socialista Mata Cáceres, adquiriu a uma empresa privada de transportes um autocarro de passageiros desactivado que, depois de transformado, irá passar a percorrer a cidade, divulgando o Programa de Reabilitação Urbana (ORUS).



O autocarro, de características multimédia, destina-se a desenvolver acções de promoção de actividades sociais e culturais. Em simultâneo, o autocarro dará apoio a programas de aprendizagem escolar sobre a cidade de Setúbal, abordando questões relacionadas com a higiene e o ambiente urbano, com a participação de crianças e adolescentes.

Equipado com modernos meios informáticos, o veículo terá uma rede informática, vídeo e TV.

Sintra

Selo do Artesão

O «Selo do Artesão de Qualidade», lançado no dia 16 pela Câmara de Sintra, contempla já 25 artistas do concelho.

A iniciativa, com a qual a edilidade pretende revitalizar, valorizar e divulgar o artesanato do concelho, foi anunciada no decorrer da apresentação da 5ª edição da Expo-Sintra, a feira das actividades económicas

do concelho, que se realiza anualmente. O certame, que decorrerá de 1 a 5 de Outubro, na Base Aérea nº 1, na Granja do Marquês, é uma realização conjunta da autarquia e da Expolider.

Vila do Conde

Melhores transportes escolares

A Câmara Municipal de Vila do Conde tem aprovado o projecto de transportes escolares para o presente ano lectivo.

A exemplo de anos anteriores, está garantido o adequado transporte de todos os alunos que o necessitem para se deslocarem para os seus estabelecimentos de ensino.

O transporte será feito em comboio, autocarros municipais e de freguesias.

A autarquia despenderá neste apoio aos alunos e às suas famílias cerca de 150 mil contos.

Vila Nova de Famalicão

Sete mil idosos na Expo

A Expo-98 foi alvo no dia 18 de uma invasão pacífica de cerca de sete mil idosos de Vila Nova de Famalicão que, acompanhados pelo presidente da Câmara, Agostinho Fernandes, visitaram demoradamente o magnífico recinto da última exposição mundial do século.

Denominada «Invasão da Expo», a iniciativa da Câmara de Vila Nova de Famalicão contou com a colaboração da associação de solidariedade «Dar as Mãos» e mereceu a adesão total dos munícipes com mais de 60 anos.



Assim, cerca de sete mil idosos, transportados em 144 autocarros, oriundos das 49 freguesias do concelho, «invadiram» o recinto da Expo e puderam participar na Praça Sony juntamente com os 460 professores famalicenses, na tradicional recepção aos educandos que a edilidade organiza todos os anos.

Segundo sublinhou um responsável da autarquia famalicense, se não fosse esta iniciativa levada a cabo pela edilidade, «largas centenas de idosos não teriam a oportunidade, nomeadamente por razões económicas, de contactar directamente com a última exposição mundial do século».

PS EM MOVIMENTO

AMARANTE

Assis crítica líderes da direita radical

O presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, convidou no dia 20 os dirigentes do PSD e do PP a contribuírem para a elevação do debate sobre a regionalização e acusou Marcelo Rebelo de Sousa de «andar a confundir os portugueses».

O líder parlamentar socialista falava em Amarante, no encerramento de um encontro das federações distritais de Viana, Braga e Porto da Juventude Socialista, que serviu de preparação ao Congresso de Entre Douro e Minho, a realizar amanhã em Viana do Castelo. «É inaceitável que o professor Marcelo Rebelo de Sousa tente confundir as pessoas como tem feito e é tão mais inaceitável quando ele é professor de Direito Constitucional, tem obra escrita e publicada e à nossa disposição em todas as bibliotecas jurídicas deste País», afirmou Assis.

O dirigente socialista salientou que ainda há dias consultou uma obra de Marcelo Rebelo de Sousa sobre direito constitucional em que o líder do PSD, «com uma clareza cartesiana», fazia a distinção entre o que é desconcentração, a descentralização administrativa e a descentralização política.

Francisco Assis classificou também de «inaceitável» o cartaz recentemente lançado pelo PSD sobre o número de titulares de cargos públicos relativos à criação das regiões administrativas.

«Quem definiu a composição dos órgãos regionais foi a Assembleia da República quando aprovou a lei-quadro da criação das regiões administrativas, lei que foi aprovada por unanimidade e que teve como origem o Governo do professor Cavaco Silva», frisou.

Para Francisco Assis, «o PSD, uma vez mais, não hesita em desmentir-se a ele próprio e em renunciar a tudo o que e o seu património histórico é político».

«Espera-se um contributo útil para todos os debates em curso na sociedade portuguesa, não se espera a adopção de uma postura própria de quem tem uma concepção guerrilheira da vida política e que em nada se coaduna com um partido que pretende constituir-se numa alternativa séria, válida e sustentada da sociedade portuguesa», sublinhou. Segundo o líder parlamentar do PS, a elevação do debate político passa por Marcelo Rebelo de Sousa «praticar aquilo que ensina», desejando também que Paulo Portas «passe a ler os autores que diz ter lido».

O líder do CDS/PP foi o segundo alvo do discurso de Francisco Assis, sem deixar passar em branco o seu inqualificável encontro com o líder da extrema-direita italiana. Diz-me com quem andas...

«Quando o PP afirma que regionalizar é multiplicar a corrupção e os "tachos" não está apenas a usar uma linguagem imprópria dos princípios políticos como está a revelar uma insuficiente formação democrática e isto tem de ser denunciado», referiu.

Na opinião de Assis, o que está por detrás deste cartaz «é uma recusa da política, é uma recusa da discussão, e é, em última instância, uma recusa da democracia».

Portas recebe líder fascista

«Não é por acaso que o líder do PP se destacou há alguns dias atrás por ter recebido em Lisboa o líder da extrema-direita italiana, líder do partido que é herdeiro do movimento social fascista. Em Itália, seguramente só o senhor Fini seria capaz de por nas ruas um cartaz daquela natureza», frisou.

O dirigente socialista concluiu «que já não ficaria muito espantado se num intervalo das cimeiras que, com uma periodicidade estranha, vai mantendo com Marcelo Rebelo de Sousa, o doutor Paulo Portas nos surpreendesse recebendo em Lisboa o senhor Jean Marie Le Pen».

Os camaradas Alberto Martins e Sérgio Sousa Pinto também participaram no encontro dos jovens socialistas, tendo o secretário-geral da JS afirmado a sua total disponibilidade para trabalhar na campanha do referendo sobre a regionalização.

BEJA

Socialistas contra autarca arruaceiro

O PS/Beja manifestou no dia 17, em conferência de Imprensa, a sua indignação face ao comportamento «irresponsável» e «arruaceiro» de José Raul dos Santos, presidente da distrital do PSD e presidente da Câmara de Ourique, no processo relacionado com a manifestação de agricultores em Ourique.

«O presidente da distrital do PSD de ter chegado «ao cúmulo de instigar os manifestantes ao desrespeito da Lei e à provocação das forças de segurança, demonstrando uma clara e inequívoca irresponsabilidade política», acusam os socialistas alentejanos.

Segundo o PS, ao autarca e dirigente laranja José Raul dos Santos interessa «não a resolução dos problemas, tão-pouco a apresentação de soluções credíveis, mas tão-só a sua mediatização pública e promoção da sua imagem pessoal».

Cambalhotas e palhaçadas

Os socialistas de Beja referem ainda que «o comportamento arruaceiro do presidente da distrital do PSD não espelha a atitude exigida a um responsável político e muito menos a credibilidade com que José Raul dos Santos falta à verdade e as sucessivas cambalhotas políticas a que nos vai habituando, nem que para isso utilize os sentimentos, em situações aflitivas, da população do seu próprio concelho».

A Federação do PS enaltece ainda o trabalho do ministro da Administração Interna e reafirma a sua vontade de não pactuar com a «continuada desonestidade política por parte do principal responsável político do PSD no distrito».

CASTELO BRANCO

Aumento extraordinário das pensões

O Secretariado da Federação Distrital do PS/Castelo Branco, num comunicado do dia 13, considerou que o aumento extraordinário das pensões de velhice e invalidez recentemente aprovado pelo Governo «é uma medida de grande alcance social e que dá concretização às promessas do Governo do PS de corrigir as pensões mais degradadas».

É que, referem os socialistas de Castelo Branco, «por efeito da decisão governamental, o aumento extraordinário das pensões beneficiará todos os pensionistas com, pelo menos, 15 anos de descontos para a Segurança Social e que tinham pensões baixas».

No comunicado, o Secretariado da Federação de Castelo Branco congratula-se «por ter sido o Governo do PS a dar o primeiro passo decisivo para acabar com as pensões de miséria de centenas de milhar de pensionistas e reformados».

Jantar-convívio de militantes

Reunido no dia 12, o Secretariado da Federação do PS/Castelo Branco decidiu promover um vasto conjunto de iniciativas de natureza político-partidária para, em função do objectivo nacional de criação das regiões administrativas, lançar, em conjunto a Federação Distrital da Guarda, uma forte campanha regional pelo sim no referendo sobre a regionalização.

Assim, destaque para o jantar-convívio de militantes e simpatizantes do PS do distrito de Castelo Branco, com a participação do camarada Jorge Coelho, secretário nacional do PS, que se realiza amanhã, dia 25, no pavilhão IROMA, em Castelo Branco.

Por outro lado, no dia 27, realiza-se um Encontro Regional de dirigentes distritais e concelhios, autarcas e outros responsáveis políticos do PS, dos distritos de Castelo Branco e da Guarda, para definir o modelo e organizar as bases de um próximo Congresso Regional do PS da Beira Interior.

Regionalização é reforma de progresso

Relativamente à regionalização, o Secretariado da Federação do PS/Castelo Branco considera que «é uma reforma de progresso, necessária para melhorarmos a nossa democracia e aproximar os cidadãos das decisões políticas que, directamente, lhes dizem respeito».

ENTRE DOURO E MINHO

Guterres no Congresso do PS da Região

O secretário-geral do PS, camarada António Guterres, participa no próximo sábado nos trabalhos do Congresso socialista da Região de Entre Douro e Minho, em Viana do Castelo. Além de António Guterres estarão presentes no congresso dirigentes nacionais do PS, destacando-se, entre outros, o coordenador da Comissão Permanente, António José Seguro, bem como Fernando Gomes e Narciso Miranda.

O encontro irá decorrer na sede do Instituto da Associação Industrial do Minho, no Campo da Agonia, e surge no âmbito dos Congressos regionais que o PS tem vindo a organizar sobre a regionalização.

LISBOA

Concelhia promove debates

No próximo sábado a concelhia de Lisboa promove, no Teatro Maria Matos, uma «Jornada/Debate» sobre «Tematicas Nacionais», cuja sessão de encerramento contará com a presença dos camaradas Jorge Coelho e João Soares.

Neste encontro haverá um debate em torno dos «Estados Gerais do Militante» e outro em torno da temática relacionada com autarquias e regionalização.

Um dia antes, às 21 e 30 de sexta-feira, no hotel Altis, a Concelhia alfacinha dos socialistas organiza uma conferência internacional subordinada ao tema «Partido de Eleitores, Partido de Militantes, que Modelo e Valores para o Século XXI?».

Na conferência, além dos secretários nacionais do PS José Lamego e Alberto Costa, estarão presentes o senador Henri Weber, do Partido Socialista Francês, e Bill Rammel, dirigente do Partido Trabalhista britânico.

MADEIRA

Jardim atenta contra a democracia

O líder do PS/Madeira, o camarada Mota Torres, acusou no dia 20 Alberto João Jardim de ser um «agitador político», que está a dar «um pontapé» na Constituição da República, a «trair» os interesses nacionais e dos Açores e a «atentar» contra a democracia.

O camarada Mota Torres, que falava após a reunião de secretários coordenadores e presidentes de concelhias do PS/Madeira, em Câmara de Lobos, comentava as recentes afirmações do presidente do Governo Regional da Madeira, defendendo um moção de censura ao actual Governo da República e a destituição do dos Açores no primeiro trimestre de 1999.

O líder dos socialistas madeirenses considerou que Alberto João Jardim «está a dar um pontapé na Constituição da República e está a trair os interesses nacionais e da República Autónoma dos Açores».

Para Mota Torres, as insinuações de Alberto João Jardim «são um atentado à democracia», salientando não fazer sentido «que alguém que tem o benefício de governar a Madeira na maior estabilidade, ao longo de 22 anos, procure agora instigar a guerra em casa dos vizinhos».

O líder do PS/Madeira afirma não compreender como é que o presidente do Governo Regional, «que é conselheiro de Estado, se permite incentivar actos de desestabilização política em nome dos interesses do seu próprio partido e dos seus militantes».

NEW LABOUR

Tony Blair

A TERCEIRA VIA UMA SOCIAL-DEMOCRACIA MODERNA

A Terceira Via é o caminho para a renovação e o êxito da social-democracia moderna. Não é apenas um meio termo entre a esquerda e a direita. Ela procura, pegando nos valores essenciais do centro e centro-esquerda, aplicá-los a um mundo de mudanças sociais e económicas fundamentais; e fá-lo liberta de ideologias antiquadas.

O desafio que enfrentamos é extraordinário - mercados globais; a continuação da pobreza e da exclusão social; aumento da criminalidade; ruptura dos laços familiares; a transformação do papel da mulher; uma revolução na tecnologia e no mundo do trabalho; hostilidade popular em relação à política e apelos a uma reforma democrática mais profunda; e múltiplas questões sobre ambiente e segurança que requerem uma acção a nível internacional.

As pessoas procuram liderança. Querem saber como adaptar-se e prosperar, como construir estabilidade e segurança neste mundo em constante mudança.

Apoiam valores como a solidariedade, a justiça social, a responsabilidade e oportunidade, tradicionalmente associados ao centro-esquerda, mas sabem que temos decididamente de abandonar formas de pensar antiquadas. Abandonar uma velha esquerda preocupada com o controlo do Estado, os impostos elevados e os interesses dos produtores; e uma nova direita do «laissez-faire», defensora de um individualismo egoísta e da convicção de que os mercados livres são a solução para todos os problemas.

A Terceira Via assinala um novo ponto de partida no contexto do centro-esquerda. A esquerda do século XX tem sido dominada por dois campos: uma esquerda fundamentalista, que encarava o controlo do Estado como um fim em si, e uma esquerda mais moderada, que aceitava esta orientação essencial mas que favorecia um meio termo. A Terceira Via corresponde a uma séria reavaliação. Alcança vitalidade unindo as duas grandes vias de pensamento de centro-esquerda - o socialismo democrático e o liberalismo - cujo divórcio tanto contribuiu, ao longo deste século, para o enfraquecimento da política progressista no Ocidente.

A velha esquerda e a nova direita assumiram - e continuam a assumir - formas diferentes em toda a Europa. Não existe um modelo único para a Terceira Via. Mas os partidos progressistas da Europa partilham valores comuns e todos nós estamos a adaptar-nos para enfrentar os novos desafios.

Durante muitos anos na oposição, o Partido Trabalhista britânico foi visto - ainda que injustamente - como o partido da alta governação, das nacionalizações, das iniciativas antiempresariais, brando com o crime, pouco preocupado com a vida familiar, subordinado a grupos de pressão e favorável a um aumento indiscriminado dos



impostos e da despesa pública. Éramos também vistos como gestores pouco eficientes dos serviços públicos, controlados pelos sindicatos e subordinados aos interesses dos produtores e muito pouco preocupados com a escolha e a qualidade. A direita conseguiu transformar a privatização e o mercado livre em panaceias universais.

Estabeleceu-se uma falsa oposição entre direitos e responsabilidades; entre compaixão e ambição, entre os sectores público e privado, entre uma economia empresarial e o combate à pobreza e à exclusão.

O Novo Partido Trabalhista procurou progredir e aplicar os seus valores de forma diferente.

O nosso trabalho está numa fase inicial e vamos aprendendo à medida que avançamos. Mas o «New Labour» no Governo está a pôr em prática a Terceira Via.

Quanto à economia, a nossa abordagem não se caracteriza nem pelo «laissez-faire» nem pela interferência do Estado. O papel do Governo é o de promover a estabilidade macroeconómica; desenvolver políticas de impostos e de solidariedade que estimulem a independência, e não a dependência; preparar as pessoas para o mundo do trabalho, melhorando a educação e as infra-estruturas; e promover o espírito empresarial, especialmente as indústrias do futuro baseadas no conhecimento. Orgulhamo-nos de contar com o apoio de dirigentes do mundo empresarial, bem como com os sindicatos.

A educação é uma prioridade crítica. Níveis educacionais mais elevados são a chave para a competitividade a nível internacional e para uma sociedade de inclu-

são no futuro. Novos investimentos substanciais estão a contribuir para uma reforma radical do ensino, apoiada por objectivos concretos e uma intervenção firme no caso das escolas caracterizadas pelo insucesso, para que todos os cidadãos do futuro possuam as aptidões básicas de que necessitam para trabalhar, e a grande maioria atinja um nível de habilitações cada vez mais elevado.

No campo das políticas de solidariedade e emprego, a Terceira Via significa a reforma da segurança social, tornando-a, sempre que possível, um caminho para o mundo do trabalho. Promove a justiça no trabalho, tornando-o simultaneamente rentável, através da redução dos impostos e das penalizações, que desencorajam o emprego e a criação de postos de trabalho.

A Terceira Via procura atingir um novo equilíbrio entre os direitos e os deveres - não só a nível da solidariedade, mas numa abordagem mais severa da criminalidade juvenil e na ênfase muito maior posta nas obrigações dos pais. O apoio às famílias está a ser objecto de uma nova abordagem, com o objectivo de satisfazer as necessidades das crianças e de ajudar as famílias - em particular as mais vulneráveis - a encontrarem um maior equilíbrio entre o mundo do trabalho e o mundo familiar.

A Terceira Via representa uma renovação democrática e o restaurar da fé na política. O «New Labour» descentralizou o poder no Reino Unido. A Irlanda do Norte elegeu uma nova Assembleia; as primeiras eleições para um novo Parlamento Escocês e para uma Assembleia Galesa vão decorrer no próximo ano; e a eleição do

novo «mayor» de Londres constitui um dos muitos passos no sentido da renovação do poder local.

Torna-se necessário, também, reinventar o próprio governo tendo em vista uma nova era. No decorrer deste século, os governos estiveram bem preparados para regulamentar o sector monetário, emitir cheques de subsídios, construir casas, até para enfrentar guerras e colocar homens na Lua. Agora é necessário aprender coisas novas: trabalhar em parceria com os sectores voluntário e privado; partilhar responsabilidades e responder perante um público muito mais exigente; e instituir novas formas de cooperação internacional.

A nível internacional, a substituição das velhas certezas da guerra fria pelas ameaças mais insidiosas do crime organizado, terrorismo, droga e degradação ambiental requer formas mais flexíveis de cooperação.

Empenhamo-nos na cooperação sem denegrir o patriotismo. O «New Labour» representa uma Europa forte, descentralizada, alargada ao Leste e capaz de lidar eficazmente com problemas transfronteiriços, mas optando pela integração apenas quando necessário.

Esta é a Terceira Via. Uma nova aliança entre o progresso e a justiça. Uma nova base de apoio, apelando àqueles que partilhavam os nossos valores, mas duvidavam da nossa capacidade para os pôr em prática.

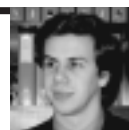
Com coragem, podemos venerar a nossa história sem ficar presa a ela, e construir sociedades sociais-democratas dinâmicas para o século XXI.

In «Público»

NOVA REALIDADE

Ricardo Castanheira

A CASA DA RÚSSIA



Decidi, em férias, deslocar-me uns dias a Moscovo.

À partida tinha o sentimento que, depois dos acontecimentos de 1991, estaríamos novamente próximos de uma mutação política, social e cultural naquela «potência mundial». A chegada trouxe na bagagem essa certeza.

Nas ruas da ainda majestosa e bela capital do antigo império vermelho cruzam-se hoje os odores de uma transpiração forçada de camponeses e operários que, e apenas, vão sobrevivendo com as mais elaboradas essências dos novos e ostensivos ricos. Cruzam-se as atitudes de timidez e apreensão das gerações mais velhas com a loucura consumista dos mais jovens. Cruza-se, enfim, a herança comportamental de um regime que faliu ao fim de décadas com a expectativa mais profunda de um novo modelo que nasceu torto e jamais se endireitou. Habitualmente não nos preocupamos com o que está para além da nossa circunstância, pois como diria Ortega y Gasset tal não faz parte do nosso eu.

Porém, nos tempos mais recentes cuidámos de tentar saber o que se passa na Rússia,

porque, regra geral, somos pequenos aforradores e investidores e a economia mundial está em relação permanente.

Egoístas queremos saber os efeitos da timosia de Ieltsin no BVL 30, mas acho, depois do que vi e senti, que a realidade nos merece uma outra atenção e apreensão. Por isso escrevo.

É possível assistirmos a uma confrangedora redução do potencial cultural e intelectual daquela sociedade. Onde, ontem, estavam livros e discos hoje estão os mais banais produtos de consumo imediato e supérfluo. Onde, antes, estavam museus e galerias estão actualmente centros comerciais e cate-drais de consumismo.

É ostensiva a degradação dos espaços verdes, sinónimo evidente de que a cultura ambiental não está socialmente enraizada. O que era antes belo por competência do Estado é hoje abandonado por responsabilidade de todos.

Por efeito de um tecido produtivo pré-paralado e sem capacidade concorrencial a dependência externa cresce diariamente e assistimos, por ironia do destino, a um país de mão estendida, tal qual, no passado recen-

te, muitos outros se encontravam perante si. As tensões sociais multiplicam-se e o fantasma do desemprego, antes um mal típico do capitalismo, é agora uma dura realidade.

Perante tudo isto os governantes entram e saem de cena como actores de pequenas peças publicitárias. O desnorte privilegia nacionalismos exacerbados ou a procura frenética de saudosismos desproporcionados.

É neste mar de incertezas que milhões de russos navegam, sendo que nenhum de nós está livre dos efeitos das marés vivas que provocarem.

A decadência absoluta do regime comunista e de toda a sua envoltória: das estruturas de apoio social, das estratégias culturais e intelectuais e até mesmo da carga iconográfica, não deu nunca lugar a um projecto nacional global, dando assim azo a um certo sentimento generalizado de orfandade político-social.

Preocupa-me o futuro da Rússia no que este tem de comum com o nosso futuro colectivo, dada a inevitabilidade dos múltiplos efeitos que dispersam a globalização convocará. De forma simplista há um exemplo que serve e choca: que garantias de cuida-

da e reservada política nuclear existem?... Em bom rigor, num país cuja actividade empresarial com maior crescimento nos últimos anos tem sido a segurança privada, significando isto que não há ordem e segurança públicas, tudo pode acontecer.

As crises de valores e as recentes faltas de rumos ideológicos lançaram os países ocidentais na busca incessante de respostas alternativas ao neoliberalismo e ao pragmatismo de Estado. Porém, tudo se complica quando, como na Rússia, as liberdades individuais se não sedimentaram e que, por isso, o regime democrático nunca vingou na sua essência.

Parti de Moscovo com a certeza de que o comunismo, bem ou mal, serviu muitos, mas que o capitalismo «à moda da Rússia» serve a muito poucos. Parti, ainda, com inúmeras dúvidas sobre se o poder crescente das oligarquias ajudará à necessária estabilidade mundial, apesar da linguagem dos números ser transfronteiriça.

A outrora faustosa casa da Rússia mais agora parece um paiol de imprevisíveis consequências com que isto tem de grave para o mundo.

GLOBALIZAÇÃO

Iglésias Costal

INTERDEPENDÊNCIA



No mundo dos nossos dias esboça-se uma nova grandeza de conflitualidade.

Quando as grandes potências económicas e militares, motoras do desenvolvimento, negociam as grandes linhas orientadoras do presente e do futuro, não é por acaso que isto sucede. Efectivamente, nos tempos de hoje, os problemas resultantes do crescimento económico em desenvolvimento são, sem dúvida, muito diferentes dos problemas do século passado e até das últimas décadas, pelo que é necessário uma nova forma de estar, pensar e agir.

As sociedades humanas começam a questionar, cada vez mais, a maneira de se produzir e também, em paralelo, das suas concretas melhorias de qualidade de vida.

Entrámos numa nova era. A das comunicações, com as novas tecnologias da informação, a era do diálogo com as possibilidades resolutoras que as tecnologias nos dão, as grandes questões ficam mais perto da sua solução. O mundo está cada vez mais a viver em interligação.

A sociedade contemporânea está confrontada com uma mutação tecnológica muito acelerada. Esta mudança contém designios de melhoria nos processos e nas metodologias no universo do social, empresarial e governativo.

Cada vez mais, o homem e as organiza-

ções necessitam de informação a uma velocidade nunca antes imaginável. A todo o momento estamos a ser envolvidos pela informação, maioritariamente exógena e dos tipos material e imaterial.

Na organizações torna-se imprescindível, hoje e no futuro, o acesso rápido, com determinada configuração, a dados que permitam tomar decisões em todos os campos, no momento exacto, sem perda de tempo. As tecnologias colocaram ao serviço das técnicas de informação, o instrumento necessário, que contribui de uma maneira muito positiva, para as tomadas de decisão que, de uma forma ou outra, também contribuirão para uma maior produtividade, rentabilidade e competitividade.

Hoje, os mercados não se compadecem com desculpas nos atrasos das decisões. A economia mundial está a dar respostas ao segundo. Veja-se o caso do último «crash» nas bolsas financeiras dos principais mercados de capitais.

As empresas, para acompanharem o ritmo, têm de se equipar com os meios tecnológicos e técnicas de informação, para darem resposta aos desafios impostos por um mundo cada vez mais rápido e mutável. Nas técnicas de informação, com tecnologias informáticas, usa-se de uma forma já vulgarizada nos meios internacionais, os bancos de dados, que não

são mais do que processos informáticos que permitem a qualquer utente, resolver com grande rapidez problemas, com um acesso muito simples a um conjunto de informações que vão desde os indicadores económicos, legislativos, fiscais, técnicos, etc.

A produtividade é um factor a considerar permanentemente nas organizações, dado que com o seu aumento e de uma forma humanizada, se conseguirão melhorar padrões de qualidade de vida. Aproveitando todas as sinergias, o homem virá certamente a beneficiar das mutações tecnológicas, bem como atenuar os problemas de ordem epistemológica que lhe são criados.

Os grandes espaços económicos como a Europa (UE), Ásia, América (NAFTA) e outros como o Magrebe, vão ser uma realidade, a curto prazo, das grandes interligações internacionais.

Há um século as permutas tecnológicas e comerciais faziam-se com grandes atrasos e sem uma grande interligação entre os vários povos envolvidos, donde o sentir e o pulsar dos grandes problemas eram quase nulos. Eram economias muito restritas.

Com o evoluir dos transportes e das telecomunicações todo o comércio ficou mais interdependente e as economias mais dependentes, logo mais envolvidas nas re-

lações entre os grupos económicos e os Estados, ficando em causa os grandes conflitos entre as nações.

A humanidade «deve» ao comércio e às tecnologias e, consequentemente, às economias a predisposição para que se perspeccione um mundo melhor.

Resolvidos os grandes problemas de conflitualidade, outros nascem com outra grandeza, os microconflitos, estes, muito localizados.

O problema do desemprego, do subaproveitamento, do ambiente, étnicos, sociais são, sem dúvida, se não se encontrarem soluções adequadas, entres muitos outros problemas conflituais, fonte de preocupações que irão produzir instabilidade social com graves consequências.

Veja-se os acontecimentos da Coreia do Sul, Senegal, Rússia, Espanha, Brasil, África do Sul, Venezuela, Argélia, Ruanda, Bósnia, etc.

A segurança das populações tem de passar por um novo tipo de relações entre governos, trabalhadores e empresários.

Num planeta onde as tecnologias são sinónimo de desenvolvimento, é inadmissível que apenas um quinto da população mundial usufrua das mesmas, bem como existam ainda regiões com grandes carências à quota das necessidades primárias. Urge uma nova mentalidade planetária, global, cooperante e solidária.



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Música em Albufeira

No dia 27, às 19 e 30, a Banda da Sociedade Musical e Recreio Popular de Paderne vai percorrer a rua que liga o Montechoro à Praia da Oira, arruada que se insere no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Turismo.

Duas horas mais tarde será a tempo de assistir às actuações do grupo de música popular E Viva a Música e do Rancho Folclórico de Albufeira

Wagner em Cascais

Gottfried Wagner, bisneto de Richard Wagner e trineto de Franz Liszt, é o convidado que encerra o Festival de Música do Estoril, com uma conferência/debate a realizar na quarta-feira, dia 30, no Museu dos Condes de Castro Guimarães.

Subordinada ao tema «The Wagner Heritage – autobiografia e discussão com o autor», a conferência apresenta a última obra deste musicólogo, que ganhou a reputação de «enfant terrible» devido à sua atitude crítica oposta à tradição familiar.

Visitas turísticas em Coimbra

Hoje, às 22 horas, não deixe passar a oportunidade de assistir ao espectáculo que o Grupo de Fados da Associação Académica de Coimbra tem reservado para lhe apresentar nas Escadas do Quebra-Costas.

No domingo vá visitar a Freguesia de São Martinho da Árvore, participando na iniciativa da autarquia local intitulada «A Mesa com as Freguesias» e que se trata de um agradável passeio turístico pelo concelho conimbricense.

Poderá obter mais informações ou fazer as suas reservas junto dos Postos Municipais de Turismo de São Jerónimo (telf. 039 832591) e da Praça da República (telf. 039 833202).

Contos em Fafe

Na rubrica «Era uma vez...», às quintas-feiras, são dramatizados contos infantis. Assim, hoje, o programa de animação da Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian prossegue com a recriação de «Faisca», de Ilse Losa.

A próxima terça-feira será dia de levar os seus filhos à exibição de vídeos da Biblioteca, mais especificamente a película «Willie, a Baleia Cantora». Poderá optar pela sessão das 10 e 30 ou das 15 horas.

Serões Culturais em Faro

No próximo dia 26, a partir das 22 horas, no Conservatório Regional do Algarve, o público farense poderá assistir a um espectáculo apresentado pelo Teatro Kabuki (Companhia Kanichi Hanayagi – Japão).

No domingo, a arte oriental estará de novo

presente nesta cidade algarvia através de Os Made Djimat e Ensemble «Tjanolarang» que nos proporcionarão um «show» de dança balinesa.

O evento, que se realizará nos Claustros do Convento, iniciar-se-á às 22 horas. Esta iniciativa insere-se nos «Serões Culturais '98», uma organização da Câmara Municipal que, com agrado geral, levou até Faro um elevado número de artistas de reputado nível e que termina com o concerto do quinteto italiano Le Voci Atroci, no dia 29.

Futebol em Ferreira do Alentejo

O III Torneio Quadrangular de Futebol Interdistrital fará as delícias dos amantes do desporto-rei, no domingo, dia 27, no Campo de Jogos D. Diogo Passanha.

Cinema em Guimarães

Hoje, às 21 e 45, no Auditório da Universidade do Minho, assista ao filme mais recente do cineasta Wim Wenders, «Crimes Invisíveis».

Se gosta de apreciar os efeitos especiais da sétima arte, então não perca «Godzilla», de Roland Emmerich, com estreia nacional agendada para o amanhã e que poderá ver, no cinema São Mamede.

As manhãs infantis da Biblioteca Anexa de Pevidém ficaram reservadas, amanhã, sexta-feira, para a exibição do vídeo «os Dinossauros – O Poderoso Megalossauro». A projecção poderá ser apreciada a partir das 10 e 30, na Sala Polivalente.

Estreias em Lisboa

A Junta de Freguesia dos Anjos e a Associação de Pintores Primitivos Modernos convidam os amantes das belas-arts a estarem presentes na inauguração de uma mostra de pintura *naïve*, no Espaço CulturAnjos, amanhã, dia 25, pelas 18 e 30.

A exposição permanecerá aberta ao público até 9 de Outubro, podendo ser visitada de segunda a sexta-feira, das 16 às 20 horas, bem como aos sábados, das 15 às 18 horas.

Também amanhã, os cinéfilos poderão ver a *premiere* de «Godzilla», um filme realizado por Roland Emmerich, e de «The Best Man», uma saga recriada pelo cineasta Pupi Avante.

A partir de quarta-feira, dia 29 e até ao dia 1 de Outubro, a Cinemateca Portuguesa apresenta um «Documentário Criativo da Flandres».

Teatro na Marinha Grande

A Delegação de Leiria do Inatel, com o apoio da Câmara Municipal da Marinha Grande, continua a promover a mostra de teatro da zona centro. Os últimos dois de seis espectáculos programados decorrerão amanhã e no domingo, às 21 e 30 e às 16 horas, respectivamente.

«O Urso», «Pedido de Casamento» e «Malefícios do Tabaco» são as peças que amanhã estarão, no palco da Delegação do Inatel de Leiria, a cargo do Grupo do Ateneu Desportivo de Leiria.

Por sua vez, o Grupo de Teatro da Academia representará, no dia 27, «Delícias e Malefícios», na Delegação da Viseu.

Tapeçaria em Portimão

No Antigo Mercado Municipal é inaugurada, hoje, pelas 18 e 30, a XII Exposição de Artesanato e Tapeçaria.

Concerto no Porto

A programação do Rivoli – Teatro Municipal reserva para amanhã um espectáculo de dança contemporânea intitulado «Eironos», de Jean-Pierre Perreault. O 5º concerto – violino e piano - do Festival de Música do Palácio da Bolsa realizar-se-á, na quarta-feira, às 21 e 30, no Salão Árabe do Palácio da Bolsa. «Um Púcaro de Poesia» é o nome da iniciativa cultural em que poderá participar se for, no dia 30, ao Púcaros Bar.

Decoração em Sintra

Uma magnífica mostra de artes decorativas espera pela sua visita, na Galeria Municipal da Praia das Maçãs, até à próxima quarta-feira, dia 30.

Por seu turno, a exposição de trabalhos do pintor Francisco Gaia, patente na Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra, permanecerá aberta ao público até ao dia 7 de Outubro.

Vídeo em Valença

Não deixe de levar os seus filhos à sessão de vídeo da Biblioteca Municipal que decorrerá amanhã, a partir das 16 e 30, para ver ou rever «Contos Clássicos Infantis».

A «Hora do Conto» é um espaço cultural e recreativo para os mais novos que volta, esta semana, no dia 29, pelas 16 e 30, à Biblioteca Municipal, com «Uma História com Estrelas».

Expo'98
Magia no encerramento
Pequenas
Grandes Ilusões
 com Luís de Matos
 30 de Setembro 20h30
 Praça Sony

SUGESTÃO

Música'98

Todos os sectores económicos relacionados com a música, espectáculos e animação vão estar representados na «Música'98», a primeira feira deste sector em Portugal.

A «Música'98 - Salão Internacional da Música, Som, Vídeo e Iluminação» realiza-se de 29 de Outubro a 1 de Novembro na Exponor, em Matosinhos, estando prevista a participação de cerca de 60 expositores, 42 dos quais já confirmados, revelou Nuno Bernardo, responsável pela organização do certame.

O evento inclui um programa paralelo de espectáculos que está a ser ultimado e do qual fazem parte, entre outros, os Silence 4, sendo esperado um número de visitantes estimado em cerca de 30 mil.

A «Música'98» prevê também a realização da «I Feira Internacional de Coleccionismo Discográfico e Cinematográfico do Porto», onde estarão patentes, para venda ou troca, cerca de 500 mil discos raros.

A mostra incluirá, igualmente, toda uma vasta série de objectos relacionados com as indústrias discográfica e cinematográfica, que vão desde autógrafos até fotografias, cartazes, livros, entre outros, que poderão ser adquiridos directamente ou através de um leilão a realizar-se no final da exposição.

Os colecionadores interessados poderão não só comprar e trocar, mas também vender peças que possuam, ou simplesmente avaliá-las, um serviço que os expositores prestarão gratuitamente e sem qualquer compromisso.

Não perca tempo. Comece a preparar-se já!

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

A civilização

Que sabe o mar
 cego
 da sua corrida
 para o abismo
 e da ida a Marte
 ou do regresso
 à pré-história
 que sabem
 as árvores queimadas
 dos suicídios
 colectivos
 das multinacionais
 que sabe
 a civilização
 do meu vizinho
 que ao entrar no Mercedes
 cospe ostensivamente
 no chão
 olhando para mim
 que sabe
 a sociedade
 quando dormimos doze
 no mesmo quarto
 lutando pela manhã
 por um pedaço de pão
 que vale o progresso
 se a Natureza
 se mede
 pelo rendimento
 nacional
 bruto
 deste país

Miguel Barbosa, In «O símbolo floriu à porta da minha casa»



A DIREITA SOCIAL E A DIREITA POLÍTICA

A presença do prof. Marcelo Rebelo de Sousa na Comissão de Inquérito Parlamentar revelou uma enorme fragilidade de argumentação, conjugada com um reiterado gosto pela calúnia e a simpatia pelos golpes de teatro para fins mediáticos. No caso em apreço, a exigência foi a demissão de toda a Administração do IPE, incluindo nomeadamente o eng.^o Faria de Oliveira. Lembramos que Faria de Oliveira foi ministro do Comércio e Turismo de Cavaco Silva, foi vice-presidente do PSD e dada a sua competência técnica e o seu perfil de honestidade, manteve-se na administração do IPE com o actual Governo. É esse homem que Marcelo directamente visa e indirectamente o Governo com o seu ataque descabelado ao IPE. Marcelo acenou com números, visando pôr em causa o negócio do IPE e da SONAE relativo à questão da distribuição no Brasil. Mas não conseguiu contestar a validade da avaliação feita por entidades financeiras independentes quanto ao valor do negócio em causa. Marcelo titubeou na questão energética, baralhando-se com as críticas injustas por ele próprio formuladas nesse domínio,

nem sequer explicando com clareza aquilo que criticava. Marcelo chorou lágrimas de crocodilo sobre os pequenos investidores da Torralta, sem dar qualquer solução para o assunto e esquecendo 10 anos de incapacidade dos Governos do PSD neste domínio. Marcelo manipulou a questão da Autodir / Grão Pará, deturpando declarações de responsáveis governamentais sobre o assunto. A política da calúnia conduzida pela actual direcção do PSD, incapaz de propôr estratégias alternativas no plano político global, soma-se a contestação no terreno da direita social. Essa direita social tem como ponta de lança o descredibilizado grupo que, comandado por Casqueiro, dirige a CAP. Foi esse grupo que manipulou os agricultores que apareceram ou enviaram os seus empregados para tentarem cortar no Alentejo a principal ligação do Baixo Alentejo e do Algarve do resto do país. A derrota dos manifestantes de Ourique e a sua retirada mostraram que o Governo actuando com firmeza e poder de dissuasão conseguiu evitar um confronto grave que alguma direita política radical pretendia.

A situação económica positiva, apesar das sombras asiáticas, russos e sul-americanas, ajuda a manter a confiança dos portugueses no presente e no futuro. A evidência das sondagens políticas claramente favoráveis ao Governo agudiza o incómodo dos proto-protagonistas da chamada Alternativa Democrática em construção (ou em esboço). O que a oposição política de direita radical e irresponsável procura é enveredar por um caminho simultâneo de calúnia de personalidades governamentais e empresariais. O que a oposição radical da direita social procura é tentar colocar o governo entre o que julgam ser a espada e a parede. A espada da autoridade do Estado e a parede da cedência à contestação. Governar em democracia e num clima de diálogo não significa prescindir-se do exercício da autoridade do Estado mas sim actuar-se com firmeza e com dignidade, se possível evitando confrontos e garantindo a liberdade de todos. Esta inflexão estratégica das cúpulas radicais da direita social e política merece a nossa atenção. O apoio popular ao Governo e ao PS mais não farão do que aumentar o seu desespero.

«O CDS/PP já não hesita em abraçar o fascismo, em pessoa e nas ideias; e o PCP já não sabe onde raio é que guardou a agenda política e vai seguindo a de outros, mostrando que está por tudo para estar em todas - seja com quem for.»
Oscar Mascarenhas
Diário de Notícias, 23 de Setembro

«A preservação da vida privada em tudo o que não tem directamente que ver com a acção política e governativa é um direito que não deve ser violado.»
António Guterres
Público, 22 de Setembro

«É inaceitável que a violação desse direito gere perturbações na vida política e económica internacional, que espero terminem rapidamente por nada terem de substancial a justificá-las»
Idem, Ibidem

«Veja o "Búérré", o "Made in Portugal", a "Roda dos Milhões", o "Big Show Sic", os entretenimentos dos horários nobres. Muitas vezes esta televisão faz-me nojo. Antigamente, dava-me vontade de lutar. Agora, dá-me vontade de fugir.»
Mário Castrim
DNA, 19 de Setembro

«Na minha idade da pedra, quando um Almada Negreiros falava, a malta aplaudia. Se um João Villaret nos arrebatava, a gente levantava-se. Fazia isso à borla, por preto e por prazer. De pé só se reverenciavam os mestres. Agora, os almadás são cacilhas. São baiões e são monchiques, tropa dessa. As palmas valem zero, eles pouco mais.»
Alexandre Pais
Tal & Qual, 18 de Setembro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Director-adjunto
José Manuel Viegas
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vaso, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz